

**Do abandono à recriação: O restauro
como método de ressignificação de espaços
esquecidos na cidade de Vitória de
Santo Antão - PE**



Discente: Anna Flavia Nascimento Souza
Orientadora: Maria de Jesus de Britto Leite
UFPE | CAC | 2023.1



Do abandono à recriação:
O restauro como método de ressignificação de espaços
esquecidos na cidade de Vitória de
Santo Antão - PE

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a conclusão do curso, sob a orientação da Professora Maria de Jesus de Britto Leite.

Anna Flavia Nascimento Souza
Recife, 2023.



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Souza, Anna Flavia Nascimento.

Do abandono à recriação: O restauro como método de ressignificação de espaços esquecidos na cidade de Vitória de Santo Antão - PE / Anna Flavia Nascimento Souza. - Recife, 2023.

113 p. : il.

Orientador(a): Maria de Jesus de Britto Leite

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.

1. arquitetura. 2. restauro. 3. conservação. 4. ressignificação. 5. intervenção. I. Leite, Maria de Jesus de Britto . (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

Agradecimentos

a Ele que é o meu refúgio
que não me desampara ou abandona
que faz morada em mim
que me deu a vida

à minha maior referência
que desde pequena me ensina a lutar
que não me deixa desistir
mãe, orientação e alicerce

ao homem de grande força
que me ensina sobre o amor todos os dias
dizem que somos iguais
que eu herde a sua sabedoria

ao meu companheiro de vida
que tenho o orgulho de chamar de irmão
com quem tenho um laço eterno
respeito amor confiança

aos que não são de sangue
mas nem precisam ser
que me acolhem e me abraçam
aos amigos, meu muito obrigada

à universidade
pública gratuita de qualidade
ao centro e seus mestres
por todo o conhecimento compartilhado

a ela que me acompanhou
do início ao fim
que acreditou nas minhas ideias
e tão bem me orientou para concretizá-las

a todos os meus companheiros
colegas de turma e de profissão
que compartilharam comigo diversos momentos
alegrias tristezas ansiedades e alívios

da anna arquiteta e acadêmica
da anna filha, amiga e companheira

"Arquitetura é uma
maneira de ver,
pensar e questionar
nosso mundo e
nosso lugar nele."

Thom Mayne, 2005.

Apresentação

As cidades contemporâneas, em seu atual ritmo frenético, tendem a passar por constantes transformações em seu estoque edificado. São novas identidades, fluxos e simbologias que interferem diretamente no seu reordenamento espacial, fazendo surgir novas edificações ao passo em que outras são “esquecidas”. O questionamento se dá, então, em como aproveitar estas estruturas de modo a evitar a sua decadência e a reinserí-las na vivência cidadina.

A partir do propósito de demonstrar o recurso da intervenção como ferramenta de ressignificação de espaços, se propõe uma reflexão sobre a possibilidade que o restauro permite como instrumento de transformação, ao passo que se busca entender a arquitetura enquanto símbolo e memória do lugar. Sendo assim, o presente trabalho tem como motivação o desenvolvimento de uma análise crítica sobre a representação memorativa envolvida nos processos de intervenção de duas edificações de interesse histórico situadas no centro da cidade de Vitória de Santo Antão - PE.

O trabalho apresentado é resultado das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, e foi elaborado entre os anos de 2022 e 2023, sob a orientação da Professora Arquiteta Maria de Jesus de Britto Leite.

Lista de Figuras

Figura 01 	Retrato da degradação.	06
Figura 02 	Panorâmica do centro da cidade de Vitória.	12
Figura 03 	Estação Ferroviária da Vitória.	15
Figura 04 	Mercado de Cereais.	15
Figura 05 	Entorno do Mercado de Cereais.	19
Figura 06 	O retrato do abandono.	20
Figura 07 	Prédio abandonado no Cais de Santa Rita - Recife, aguardando sua demolição. ...	21
Figura 08 	Prédio Segadas Vianna, abandonado no Bairro de Santo Antônio - Recife.	23
Figura 09 	Prédio abandonado no Bairro do Recife.	25
Figura 10 	Prédio abandonado no bairro da Iputinga, no Recife.	25
Figura 11 	Comércio informal inviabiliza a vista do Mercado de Cereais.	26
Figura 12 	Degradação em prédios no bairro de Santo Antônio - Recife.	27
Figura 13 	A antiga Fábrica da Cativa, em Vitória de Santo Antão - PE.	28
Figura 14 	Prédio do antigo Hotel Nassau, na rua Larga do Rosário, no bairro de Santo Antônio - Recife. O prédio, abandonado, foi ocupado por movimentos populares.	30
Figura 15 	Degradação em prédios no bairro de Santo Antônio - Recife.	31
Figura 16 	Sobradinho Mourisco, edificação centenária abandonada na cidade de Vitória de Santo Antão - PE.	33
Figura 17 	Estação Ferroviária no seu momento de reforma.	35
Figuras 18 e 19 	Áreas interna e externa da Pinacoteca do Estado de São Paulo.	37
Figuras 20 e 21 	Intervenções realizadas no Museu Rodin, em Salvador, pelo escritório Brasil Arquitetura em 2002. No projeto, houve a inserção de um anexo complementar à edificação principal.	37
Figura 22 	Ocupação Marielle Franco, em Recife. 2019.	39
Figura 23 	Situação de arruinamento da antiga casa de Clarice Lispector, na praça Maciel Pinheiro.	40
Figura 24 	Ambiência da Estação Ferroviária.	42
Figura 25 	Retrato do descaso.	43
Figura 26 	Relação entre o antigo e o novo na Rua do Apolo, no bairro do Recife.	44
Figura 27 	Edifício Trianon, no centro do Recife. O prédio, anteriormente ocioso, foi reincorporado à vivência da cidade a partir da atribuição de um novo uso, se tornando bloco de uma Universidade.	47

Lista de Figuras

Figura 28 	Feira livre no entorno do Mercado de Cereais.	49
Figura 29 	O caminhar nos arredores da Estação Ferroviária.	52
Figura 30 	Esquema elaborado por Michel de Certeau.	53
Figura 31 	Esquema das relações de inclusão, intersecção e exclusão, respectivamente.	56
Figura 32 	Castelvecchio reformado.	57
Figura 33 	Ponte Scaligero, no complexo de Castelvecchio.	57
Figura 34 	Teatro Sagunto, com uso de novos materiais escolhidos com respeito ao pré-existente.	57
Figura 35 	Edifício Acadêmico da Faculdade de Artes.	58
Figura 36 	Esquema projetual do Edifício, com continuidade dada pelo tijolo aparente.	58
Figura 37 	Plain Voisin, em Paris.	59
Figura 38 	Mercado de Cereais e pátio da feira.	63
Figura 39 	Vista panorâmica da cidade da Vitória na segunda década do século XIX, produzida pelo suíço Luís Schlappriz.	64
Figura 40 	Mercado da Carne no dia da sua inauguração, em 1865.	65
Figura 41 	Mercado da Carne após 100 anos de inauguração, sendo reinaugurado após ajustes.	65
Figura 42 	Dia da inauguração da Estação Ferroviária, em 1886.	66
Figura 43 	Estação Ferroviária em 1891.	66
Figura 44 	Aerofotografia da Estação Ferroviária e Praça Leão Coroado, realizada antes de 1954.	66
Figura 45 	Panorama da Estação Ferroviária, com a coberta central retirada.	66
Figura 46 	Momento de festividade no Pátio da Estação, início da década de 20.	67
Figuras 47 e 48 	Mercado de Cereais, 1942.	68
Figura 49 	Pátio da Duque de Caxias, entorno do pátio da feira, onde se localiza o Mercado de Cereais (ano não identificado).	68
Figura 50 	Panorama da parte externa do Mercado de Cereais, em atividade. 1940.	69
Figura 51 	Vista do Mercado de Cereais em ano não registrado. É possível perceber, nesse momento, o início do processo de consolidação das construções em alvenaria no ambiente externo do Mercado.	69
Figura 52 	Feira consolidada no entorno do Mercado de Cereais.	71
Figura 53 	Perspectiva da Estação Ferroviária da Vitória e seu entorno.	72
Figuras 54 e 55 	Ambientes pelos quais passavam o trem, hoje em estado de abandono.	72

Lista de Figuras

Figuras 56 e 57 	Situação da Estação e do Armazém do Conjunto Ferroviário em 2020, antes do projeto de restauro.	73
Figura 58 	Prédio da Estação.	75
Figura 59 	Momento de instalação do vagão de trem nos trilhos.	76
Figura 60 	Vista da feira, existente no pátio da Estação Ferroviária.	76
Figura 61 	Portão lateral aberto no Mercado de Cereais.	77
Figura 62 	Mercado de Cereais e seu entorno.	79
Figuras 63, 64 e 65 	Nível de degradação e obstrução do Mercado.	79
Figura 66 	Situação do Mercado de Cereais em 2014.	80
Figura 67 	Situação do Mercado de Cereais em 2023.	80
Figuras 68 a 73 	Antigos acessos do Mercado, atualmente bloqueados.	81
Figura 74 	Estação Ferroviária durante sua reforma.	85
Figura 75 	Estrutura de sustentação do alpendre.	86
Figura 76 	Vista da fachada sudoeste da edificação, com infiltrações e problemas na pintura.	87
Figuras 77 e 78 	Vista da fachada nordeste da edificação, com destaque para os problemas em seu alpendre.	87
Figuras 79 e 80 	Estrutura de ferro e corrimão de madeira do guarda-corpo presente no terraço do prédio da Estação, que se encontra acima do alpendre.	87
Figura 81 	Identificação dos danos nas fachadas da Estação.	88
Figura 82 	Ambiente que abrigava o antigo galpão de expedição.	89
Figura 83 	Hall de entrada da Estação, utilizado como depósito.	89
Figura 84 	Pavimento superior, também obstruído por se tornar depósito de materiais artísticos.	89
Figura 85 	Lateral do prédio da Estação, com recuperação das patologias anteriormente identificadas e ênfase em sua cobertura em balanço.	90
Figuras 86 e 87 	Plantas de reforma para a Estação.	90
Figuras 88 e 89 	Plantas propostas de layout da Estação.	91
Figura 90 	Cortes propostos da Estação.	91

Lista de Figuras

Figura 91 	Fachadas propostas da Estação.	91
Figuras 92 e 93 	Prédio da Estação, com ênfase para o alpendre recuperado.	92
Figura 94 	Barracas na fachada do Armazém.	93
Figura 95 	Área que abrigava o Corpo de Bombeiros.	93
Figura 96 	Identificação dos danos nas fachadas do Armazém.	93
Figura 97 	Planta de reforma para o Armazém.	94
Figura 98 	Planta proposta de layout do Armazém.	94
Figura 99 	Cortes propostos do Armazém.	94
Figura 100 	Fachadas propostas do Armazém.	94
Figura 101 	Lateral do prédio do Armazém.	95
Figura 102 	Perspectiva do prédio do Armazém após restauro.	95
Figuras 103 a 105 	Conjunto da Estação durante seu momento de reforma das fachadas, em 2022.	95
Figura 106 	Visão do conjunto após restauração das fachadas.	96
Figuras 107 e 108 	Trilho por onde passava o trem.	96
Figuras 109 e 110 	Entorno da Estação Ferroviária, com forte presença de comércios.	97
Figura 111 	Visão panorâmica do entorno do conjunto.	97
Figuras 112 e 113 	Fachadas da edificação, obstruídas por barracas.	99
Figura 114 	Laterais da edificação antes e depois da intervenção de inserção de aberturas.	100
Figura 115 	Planta baixa da edificação em 2009.	100
Figuras 116 a 121 	Imagens realizadas no levantamento feito em 2009, demonstrando suas características e fragilidades.	101
Figuras 122 a 124 	Comércio informal coexistindo com o Mercado, que quase não se vê nesse cenário.	102
Figuras 125 e 126 	Fachada frontal da edificação, voltada para o “pátio da feira”.	103

Lista de Siglas

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
RFFSA	Rede Ferroviária Federal SA
ACTV	Associação do Carnaval Tradicional Vitoricense

Lista de Mapas

Mapa 01 O contexto urbano	70
Mapa 02 A Estação Ferroviária	74
Mapa 03 O Mercado de Cereais	78

Sumário

01	Introdução	13
02	Espaços abandonados: Processos e rupturas	18
2.1	A produção do abandono	19
2.2	A representação simbólica do abandono	26
03	A pré-existência no contexto da reabilitação	34
3.1	A necessidade da preservação	35
04	Um olhar além do morfológico	41
4.1	A memória e a restauração arquitetônica	42
4.2	O que dizem os teóricos: De Certeau e De Gracia	49
05	Entre o passado e o presente: do abandono à recriação	62
5.1	A história das edificações	63
5.2	A situação atual	71
5.2.1	A Estação Ferroviária	71
5.2.2	O Mercado de Cereais	77
06	Posturas intervencionistas	84
6.1	Análise das intervenções	85
07	Considerações finais	105
08	Referências bibliográficas	109

Figura 02: Panorâmica do centro da cidade de Vitória.



Introdução

capítulo

01

A efemeridade e o ritmo frenético que configuram a sociedade atual refletem a cidade em sua completude e parecem impactar, significativamente, a malha urbana das cidades contemporâneas, o que resulta em um processo constante de transformação do seu estoque edificado. Camadas de realidade compõem a cidade em uma sobreposição incessante de tempos, desejos, fracassos e dúvidas. Por meio de diversos realinhamentos de ideologias e necessidades, o espaço urbano padece em um movimento contínuo.

São novas condições e novos anseios, ao mesmo tempo em que outros elementos se readaptam e adquirem diferentes funções, na tentativa de serem incorporados aos recentes desejos e atividades. Lugares são reorientados, novos papéis são assumidos e a trama urbana se desdobra, se transformando a partir das vontades do cidadão.

É dentro dessa alteração de fluxos, identidades e simbologias que a cidade revela todas as suas faces, se renova e se reinventa. O surgimento de novas edificações para suprir as vigentes demandas e o consequente reordenamento espacial dessa conjuntura urbana tendem, então, a resultar em uma realidade iminente: o abandono de estruturas existentes. Em uma dialética entre o passado e o presente, esses cenários se tornam paisagens da desolação, se apresentando enquanto locais esquecidos pela sociedade e renegados ao acaso, se deteriorando e não mais pertencendo à realidade cidadina.

Esse movimento de “nascimento” e declínio de edificações traz em si um processo cíclico, que resulta na obsolescência dessas estruturas já construídas. Tal problemática abre o caminho para a análise do restauro enquanto método de ressignificação dessas espacialidades esquecidas, uma vez que esta forma de intervenção tende a amenizar o estado de “desperdício” que se torna incoerente com a situação de adensamento vista na malha urbana.

A vida de um edifício se reescreve periodicamente, até que um dia se fecham as suas portas e este cai em sono à espera de sua ruína ou de sua reabilitação. Reabilitar a arquitetura é remexer na alma do passado para reescrever a história e insuflar-lhe uma vida nova. (BROTO, 2000)

Estes espaços ociosos, identificados como oportunidades de transformação, possuem um sentido e inteligibilidade próprios que permitem o questionamento sobre as diferentes sensações que se formam a partir das histórias experienciadas nesses lugares. Ao se tornarem novamente parte da vivência cotidiana da sociedade, tais espaços tendem a passar por diferentes processos de leituras e significados, trazendo consigo uma série de representações simbólicas que vão desde o seu estado de abandono até o seu novo uso. A memória, dentro desse contexto, se apresenta como uma forma de manter o “passado vivo”, resgatando valores ao mesmo tempo em que constrói novos.

Essa realidade é, então, trazida para a cidade de Vitória de Santo Antão enquanto ênfase, procurando responder questões relacionadas ao legado/história das edificações ociosas na cidade e os seus processos de intervenção; e quais as sensações que esses espaços despertam, a partir da sua reativação, em questões como memória e representatividade. Para isso, foram selecionadas duas edificações: a antiga Estação Ferroviária (1895) e o Mercado de Cereais (1913), construções anteriormente abandonadas, como objetos de estudo. Tal recorte se dá pela relevância no contexto em que inserem, se situando na principal zona comercial da cidade, além de serem remanescentes edifícios históricos dentro de um cenário de construções modernas/contemporâneas, resistindo enquanto monumentos de grande importância na história da cidade.

Desse modo, o trabalho justifica-se pela necessidade de se compreender como a intervenção em uma edificação determina a sua significância enquanto objeto pertencente à rotina e à assimilação das pessoas que o vivem em seu cotidiano, buscando entender a sua história ao longo do tempo e a sua relevância enquanto artefato remanescente de tempos anteriores.

A elaboração de uma análise crítica acerca da representação memorativa envolvida nos processos de intervenção de duas edificações de interesse histórico anteriormente ociosas no centro do município destaca-se como o objetivo geral do trabalho, de forma a ser realizada a partir de premissas teóricas que explorem não só os aspectos formais da intervenção, mas especialmente a interpretação e o significado simbólico-representativo resultante desta, envolvendo o seu material histórico e sua memória.

Figura 03: Estação Ferroviária da Vitória.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

Figura 04: Mercado de Cereais.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

Sendo assim, os objetivos específicos consistem na investigação do processo de (des)uso, (des)apropriação e abandono das edificações pelos habitantes, entendendo esses espaços como símbolos; na compreensão de como se desenvolveram as intervenções realizadas nas edificações, buscando compreender se aspectos como história, memória e contexto foram considerados; identificar pensadores da conservação e do restauro que auxiliem enquanto premissa teórica e base de análise; e explicitar se e como as intervenções feitas nas edificações conseguiram, na atualidade, resgatar o seu simbolismo enquanto bem histórico e social.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória e um momento de análise que possibilitou a divisão do trabalho em cinco capítulos principais:

O capítulo 2, “Espaços abandonados: Processos e rupturas” consiste na discussão da problemática dos espaços abandonados em seu processo de produção e representação. Neste momento, o foco se dá na compreensão das causas que podem levar uma edificação a chegar a um estado de abandono, além da análise da sua representação simbólica diante do seu contexto e das relações vividas no ambiente urbano.

O capítulo 3, “A pré-existência no contexto da reabilitação” tem como objetivo explicitar a necessidade da preservação de edificações históricas diante de um cenário de mudanças, transformações e novas construções. Em uma sociedade em que o novo é

priorizado, faz-se imprescindível lembrar a relevância do antigo enquanto símbolo e estrutura passível de reajustes que permitam sua reintegração diante de novas realidades e demandas contemporâneas.

O capítulo 4, “Um olhar além do morfológico” discute a temática da memória e da restauração arquitetônica, indo além do que envolve a estrutura física de uma edificação abandonada. Neste capítulo, o restauro é entendido não apenas como método de reintegração estrutural de um edifício, mas como ferramenta de ressignificação e resgate de memórias. A arquitetura, então, é interpretada como memória do lugar. Como embasamento teórico para este capítulo, têm-se as ideias do historiador Michel de Certeau (1925-1986) que, em sua produção *A invenção do cotidiano* (1980), aborda as temáticas entre lugar, identidade e memória, demonstrando como tal associação se constrói; em consonância com o que afirma Francisco de Gracia no seu livro *Construir en lo construído* (1996), entendendo a relação do novo-antigo a partir da compreensão da arquitetura enquanto obra de arte, cujo significado se molda, se acrescenta e se transforma ao longo do tempo.

O capítulo 5, “Entre o passado e o presente: do abandono à recriação” aborda um panorama histórico sobre as edificações escolhidas como objeto de estudo, buscando entender o seu processo de consolidação, envolvendo seu auge e declínio, concluindo com uma leitura da sua situação atual, de modo a revelar suas mudanças ao longo do

tempo.

O capítulo 6, “Posturas intervencionistas” trata do objeto de estudo com maior nível de detalhe, analisando o seu processo de intervenção com base no cruzamento das contribuições desenvolvidas por De Certeau e De Gracia. Desse modo, busca-se compreender, de acordo com as considerações metodológicas dos autores, como as intervenções feitas em sua estrutura, assim como todo o significado expresso nisso, podem refletir no cotidiano, na experiência e na memória que se revela na observação do nível de envolvimento que as pessoas possuem com o lugar.

Espaços abandonados: Processos e rupturas

capítulo

02

2.1

A produção do abandono

ACEITAMOS TODOS
OS CARTÕES

Áreas des-
habitadas, in-
seguras, im-
produtivas, lugares
estranhos ao
sistema urbano.
(SOLÀ-MORALES,
1995)

Ao se estagnar em um momento passado, os vazios urbanos se apresentam como estruturas edificadas sem valor de uso, que, por esse motivo, acabam excluídos da dinâmica da cidade e vão sendo esquecidos ao longo do tempo. Por perderem significado perante a sociedade, esses vazios dependem de uma apropriação e (re)ativação para a atribuição de novos significados e valores, tendo como consequência a sua reinserção no cotidiano urbano (SAMPAIO, 2022).

No modo de vida atual, em que se convive constantemente com dúvidas e medos, os espaços abandonados aparecem não só como a revelação da passagem do tempo, mas também como lugares críticos para tensionar a contemporaneidade. Eles surgem como uma condição entrópica, se proliferando como elementos que “contaminam a eficácia e o dinamismo das cidades, ferindo uma sociedade que preza, justamente, pelo útil e pelo asséptico” (GHISLENI, 2017, p. 27).

A contemporaneidade, em sua definição, é caracterizada pela “liquefação e ressolidificação” de organizações (família, comunidade, religião, etc.); individualidade; fim dos grupos de referência; e desconstrução de padrões estabelecidos por instituições, em que os esforços se voltam para o ganho individual em detrimento de causas comuns (DIAS, 2018).

Essas mudanças tendem a moldar o homem contemporâneo e a explicar o seu comportamento mais isolado e livre, de forma a impulsionar a sociedade a ter novos anseios. Dentro do contexto desse debate urbano, Michel de Certeau (2014, p. 184) traz a ideia da diferenciação entre o lugar e o espaço, entendendo o lugar como “a ordem segundo a qual se distribuem elementos na relação de coexistência, e o espaço enquanto “um lugar praticado”. O lugar, por sua vez, se caracteriza por possuir uma espécie de ordem, que implica estabilidade; já o espaço é um conceito relativo a escalas de tamanho e grandezas, necessitando de temporalidade para existir.

Sendo assim, analisa-se um tipo de espaço característico da contemporaneidade: o não-lugar. De acordo com Bauman (2001), um dos principais motivos para que esses não-lugares se proliferem é a questão da segurança pública e a busca por um novo modelo de comunidade que se impulsiona por uma política de institucionalização dos “medos urbanos”, observando esses espaços como ambientes isolados do problemático mundo exterior. O espaço vazio, então,

acaba por se tornar um ambiente não apenas vazio em seu estado físico, mas vazio de significados. Esses espaços se originam como restos ou sobras dentro do tecido urbano, podendo se alterar em relação a cada indivíduo, de acordo com os significados a que o são atribuídos.

(...) não que sejam sem significado porque são vazios: é porque não têm significado, nem se acreditam que possam tê-lo, que são vistos como vazios (melhor seria dizer não-vistos). (BAUMAN, 2001, p. 120)

O tempo, por sua vez, se torna o principal fator de alteração e classificação para esses lugares, determinando qual a importância das edificações abandonadas e sendo utilizado, muitas vezes, como critério de definição de quais vale a pena preservar e quais podem ser suprimidas. Em um cenário de vivência cotidiana em que o consumo é prioridade e a percepção do tempo parece mais acelerada, percebe-se a necessidade de se preservar a memória, buscando refletir sobre como o tempo se configura, e como a arquitetura se envolve nesse contexto.

Figura 06: O retrato do abandono.



Os vazios urbanos possuem em sua indefinição a sua maior problemática, ao mesmo tempo em que abarcam uma grande potencialidade ao serem, para além de ruínas, oportunidades e expectativas em relação ao futuro. Tais lugares se apresentam como pausas no conjunto edificado da cidade formal, como produto residual de si, resistindo, ainda que de forma indigna, dentro da dinâmica urbana e do seu ciclo produtivo.

De acordo com Kevin Lynch (2005), preocupar-se com o abandono e com a deterioração significa tentar frear o caminho auto-destrutivo em que a sociedade se direciona. Ao esclarecer esse pensamento, a partir de uma preocupação ambiental, o autor se refere a todas as classes de abandonos materiais, que vão desde pequenos rejeitos sólidos até a renúncia de grandes estruturas, como a própria arquitetura.

Nesse viés, o autor reafirma a temporalidade da existência, de modo a demonstrar que a deterioração permeia todas as instâncias da vida humana, exigindo um forte impulso de conservação e manutenção.

Ainda que o produto final de uma degradação seja o resíduo de espaços edificados, tal processo se desenvolve de diversas formas, de acordo com as características e realidades de cada situação.

Diante disso, é possível observar o longo e demorado processo de degradação de lugares, instigado pela renúncia paulatina das atividades e dos seus usos. A deterioração, nesse caso, se define como uma diminuição progressiva de valor e vitalidade. E é dentro dessa perspectiva que consegue-se perceber a estigma e negação que afeta a sociedade em relação às arquiteturas abandonadas. Por não mais apresentar a devida utilidade, esses espaços acabam por tornar-se ambientes esquecidos dentro do tecido citadino.

O espaço urbano abandonado carrega, portanto, uma negativização. Filipa Trigo (2013) afirma que o incômodo causado pela deterioração da edificação faz com que, muitas vezes, acabe sendo preferível destruí-la do que assistir ao seu envelhecimento. Esse incômodo pode ser considerado, muitas vezes, como um produto da mente humana,

Figura 07: Prédio abandonado no Cais de Santa Rita - Recife, aguardando sua demolição.



que antecipa o resultado do desenvolvimento mutável das cidades, como uma forma de prognosticar o “próprio fim de tudo o que existe” (LYNCH, 2005, p. 51).

Entende-se, então, a dificuldade humana de admissão da mudança e enfrentamento da finitude, assim como a necessidade de constante renovação e modificação. Dessa forma, todas as coisas, ambientes e instituições que antes foram importantes, em dado momento se tornam obsoletos, revelando uma necessidade instaurada de mudança constante, construindo uma sociedade que acaba por se alimentar da sua própria autodestruição (BERMAN, 1982).

Tudo que é sólido – das roupas sobre nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas e corporações que os exploram às vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as nações que as envolvem – tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas. (BERMAN, 1982, p. 123)

Dentro desse cenário, é possível atentar-se para o que afirma Manuel Castells em seu livro *A Sociedade em Rede* (2003), no momento em que apresenta a complexidade fundamental da relação entre sociedade e espaço. Para ele, o espaço não é reflexo da sociedade, mas sim sua própria

expressão, ou seja, suas formas e processos espaciais se constituem e se constroem a partir da dinâmica de toda a estrutura social.

O autor afirma, ainda, a existência de uma nova lógica espacial urbana, que determina a versatilidade das redes e define a cidade global não como um lugar, mas como um processo. Assim, os fluxos existentes na sociedade não representam apenas um elemento da organização social, mas se apresentam como uma situação que reafirma a mutabilidade das estruturas urbanas, que se molda a partir de uma dinâmica transformadora.

Além disso, Ghirardo (2009) declara que o capital, em suas diversas facetas, detém o domínio da transformação da paisagem conforme o seu interesse. A autora traz como exemplo o comportamento do Estado ao implementar infraestruturas e oferecer incentivos fiscais para atrair o capital, que acaba por interferir e usufruir do espaço até o momento em que ele não seja mais considerado “útil”. Após esse processo, o capital passa a movimentar-se em busca de espaços em que a relação custo-lucro seja mais vantajosa, o que pode resultar em instalações em ruínas.

Tais ambientes, agora desvalorizados, acabam abandonados e passam a necessitar de uma reconfiguração urbana, uma vez que os usos e o entorno se modificam com foco em novas atividades lucrativas, gerando, inclusive, processos de gentrificação. Isso porque, a partir da necessidade da ampliação de infraestruturas para

atender às novas demandas do local, os espaços podem se tornar ambientes voltados para um público específico, segregando e não considerando os habitantes que não se encaixam aos novos parâmetros da vizinhança.

O espaço abandonado se torna, portanto, fruto desse poderoso impulso de instabilidade e destruição (GHISLENI, 2017). Tal situação se fomenta por uma ideia linear de progresso, que surge como uma ferramenta de transformação e que torna o ambiente urbano um lugar inconstante. Por essa razão, o tempo de giro das edificações é diminuído a partir das novas necessidades espaciais; as velhas estruturas são substituídas por unidades menores; assim como também se modificam as necessidades e desejos dos consumidores. Esse se torna um processo que implica não só no esvaziamento de lugares, mas também na subutilização destes.

Virilio, em sua produção *O Espaço Crítico* (1993), afirma que a existência contemporânea está imersa em uma espinha dorsal autodestrutiva. A noção de cidade, nos tempos atuais, tem se tornado cada vez mais distante da realidade. Seja de um lado pelo congelamento que acaba provocando a patrimonialização de parte da cidade, seja pela crescente criação de cidades com modelos homogeneizantes, criando cidades genéricas.

Ao nascer no berço de uma sociedade em que o desenvolvimento é ditado por mudanças drásticas e repentinas, as estruturas abandonadas surgem em um momento de renúncia a resquícios de

degradação, que luta para perpetuar seus espaços, ao mesmo tempo em que lida com a necessidade de mudança imposta pela sociedade.

Além disso, analisa-se que o espaço urbano abandonado assume uma multiplicidade de papéis na cidade contemporânea. Os seus escombros revelam uma situação urbana peculiar, modelando conflitos e situações que envolvem o desenvolvimento, crescimento e permanência das cidades.

Como pontua Solà-Morales (1995), essas estruturas se apresentam como uma contra-imagem da cidade, se tornando uma crítica a ela mesma e ao seu processo de configuração espacial, que acaba por desconsiderar a pré-existência enquanto pertencente à sua evolução.

Figura 08: Prédio Segadas Vianna, abandonado no Bairro de Santo Antônio - Recife.



Fonte: Alex Oliveira, 2022.

Diferentes graus de abandono e de conservação (ou não conservação), motivados principalmente pela mais inevitável das razões - o tempo e sua passagem e mudança -, acabam por desencadear a destruição de edifícios, que se inicia pela destruição das suas funções. É nesse contexto que se analisa a obsolescência funcional como um dos maiores motivos para a existência deste problema (MAIA, 2019). A mudança dos valores, da sociedade e dos seus modos de vida faz com que transformações no tipo de espaços e edifícios sejam necessárias. A criação de ambientes, na arquitetura, é dependente de diversos fatores, como a época, o local e a cultura existente.

Logo, a disputa de usos em uma determinada área se torna uma ocorrência nociva à cidade, uma vez que os usos que mais se destacam se multiplicam e predominam, afastando as outras funcionalidades. A paisagem urbana se torna, então, monótona, tanto funcionalmente quanto visualmente. De acordo com as dinâmicas sociais, econômicas e de demanda, esse processo tende a se deslocar para outros locais com usos predominantes, culminando em cidades fragmentadas por esses usos, com diversos espaços marginalizados.

Desse modo, os espaços são utilizados e criados de maneira diferenciada de acordo com o contexto em que se inserem, a partir da diferença de vivências que cada local e público solicita. Uma vez que a forma como se usam os espaços é alterada, modifica-se também a sua relação de existência,

tornando um edifício antes usufruído em um espaço agora descabido. É essa perda de razão de ser que tende a provocar o abandono destes locais, deixando-os “à espera”, em busca de uma reutilização, em busca de um “retorno à vida”.

Ao entender a cidade enquanto uma justaposição impermanente de diversas construções, de fragmentos que são frutos da própria efemeridade humana, os edifícios abandonados são como o final antecipado de um ciclo de nascimento e decadência a que os objetos urbanos se submetem. Percebe-se, ainda, que enquanto o circuito da cidade formal se encerra na realidade cotidiana, na sua utilização diária, as estruturas ociosas se desenvolvem de uma maneira mais profunda, não no espaço físico, mas no imaginário coletivo, que tende a refletir sobre o que essa edificação poderia ter sido ou o que ainda pode vir a ser.

Assim, o surgimento e o desaparecimento das cidades ao longo da história tendem a demonstrar como as constantes mudanças das atividades locais e do modo de vida de uma população, assim como a integração e influência do seu entorno e meio ambiente, conseguem promover guias para novos rumos. Ao longo do tempo, lugares foram sendo abandonados pelos habitantes, em diversos locais do mundo e por distintas razões, resultando em um processo de decadência nas cidades. Percebe-se, porém, que o edifício abandonado, embora visto como um vazio, pode e deve ser compreendido com base em sua essência, entendendo-

-se como um fenômeno contemporâneo.

Figura 09: Prédio abandonado no Bairro do Recife.



Fonte: Alexandre Aroeira, 2022.

Figura 10: Prédio abandonado no bairro da Iputinga, no Recife.



Fonte: Folha de Pernambuco, 2022.

2.2

A representação simbólica do abandono

Ao caminhar pela cidade, estamos todos imersos nas sensações que a conformação arquitetural e urbanística dos ambientes urbanos nos condiciona. (SOUZA, 2021, p. 02)

O corpo, ao passar pelas ruas, é amplamente estimulado por movimentos visuais que se deslocam ao encontro do olhar. É a partir da experiência que se constrói uma leitura desenhada sobre os lugares e seus elementos, sendo possível identificar a percepção e o corpo como signatários de uma condição definitiva que permite a compreensão do mundo ao redor.

Olho, mente e corpo se misturam em percepções multissensoriais que abarcam a vivência diária no espaço em que se caminha. Os inúmeros fragmentos existentes neste conformam e têm a capacidade de modificar a ideia que determinada pessoa detém de uma cidade, ressaltando a importante relação entre a arquitetura e o lugar através da experiência vivida e sentida no espaço.

O olhar obtém mais ou menos das coisas segundo a maneira pela qual ele as interroga, pela qual ele desliza ou se apoia nelas. Aprender a ver as cores é adquirir um certo estilo de visão, um novo uso do corpo próprio, é enriquecer e reorganizar o esquema corporal. Sistema de potências motoras ou de potências perceptivas, nosso corpo não é objeto para um “eu penso”: ele é um conjunto de significações vividas que caminha para seu equilíbrio. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 212)

A imagem do abandono, por sua vez, possui uma série de significados que se revela a partir de uma percepção holística, onde os sentidos geram uma forma de apreender o entorno e seu potencial comunicativo. Esses ambientes se comunicam através dos ventos, da falta, do que resta, pela concretude arrasada que não permite a sua consolidação enquanto parâmetro normativo na concepção urbano-arquitetônica.

Ao se apresentar como resultado da acumulação de pisos, paredes, tempos e histórias, as edificações abandonadas revelam uma nova forma que tem sentido e inteligibilidade próprios, estimulando diversas sensações e subvertendo convenções, além de estéticas, funcionais (GHISLENI, 2022). As suas estruturas, então, são marcadas pelo vazio de um tempo que ali existiu, onde a natureza retoma o seu lugar em meio aos entulhos que um dia foram ambientes de relevância.

Percebe-se, ainda, que os lugares abandonados condensam em sua imagética uma série de sentidos dificilmente encontrados em outros

ambientes. A ausência de pessoas, assim como o silêncio arrebatador e o assombro da possibilidade de risco e perigo, corroboram ainda mais para uma percepção profunda desses fragmentos urbanos, que acabam por se tornar espaços residuais. Afinal, no pensamento da estética da cidade, muitas vezes não se considera a observação da antiguidade como parte fundante e pertencente à dinâmica (GHISLENI, 2022).

Figura 12: Degradação em prédios no bairro de Santo Antônio - Recife.



Fonte: Pedro Valadares, 2016.

Na fronteira entre o que é estranho e o que é familiar, é buscado no abandono vestígios que remetam a antigos usos e apropriações, instigando a exercitar a imaginação e reconstruir possíveis cenas do passado. A memória, então, é induzida a partir de um conjunto arquitetônico esfacelado pelo tempo, como restos fragmentados de um todo pré-existente. Da curiosidade ao medo, do fascínio à repulsa, a desfragmentação

arquitetônica traz um sentido grotesco, que se revela à subversão das “normas” de beleza impostas pela sociedade. Sua forma de existência se caracteriza pelo indeterminado, em uma estética de oposição que retrata a imperfeição e a decadência.

Em se tratando de ambientes obsoletos, lugares em que os cidadãos já não povoam seus solos, a “cidade esquecida” é tomada por uma conotação perceptiva e sensorial que aguça de forma tênue a ligação entre a arquitetura, o lugar e os seus limites. “Um lugar é um espaço que tem um caráter distinto” (NORBERG-SCHULZ, 1979, p. 5). Portanto, entende-se que o processo existencial da arquitetura é fazer um local se transformar em um lugar, isto é, fazer despertar os potenciais significados presentes em determinado ambiente.

Figura 13: A antiga Fábrica da Cativa, em Vitória de Santo Antão - PE.



Fonte: Junior Santos, 2022.

Na experiência cotidiana da cidade, as qualidades físicas do ambiente construído também se modulam com suas nuances do abandono, que se apresentam inegavelmente na urbe. Essa conformação arquitetural tende a criar um cenário que influencia diretamente o nosso imaginário, uma vez que essa arquitetura do abandono traz em sua estética uma comunicabilidade imagética que revela a pluralidade da paisagem citadina, ainda que encontre-se dificuldades para considerá-la (SOUZA, 2021).

Desse modo, como afirma Mark Minkjan (2019), as ruínas dos tempos passados se tornam amplamente apreciadas e consumidas como memórias de mundos que não existem mais. Segundo o autor, se torna angustiante se deparar com edifícios obsoletos ou decadentes dos nossos tempos. Tais edificações se revelam como uma “representação de nós mesmos”, expressando uma cultura que dá ênfase ao progresso e prioriza o impecável, apresentando dificuldades em lidar com as inevitáveis curvas que resultam das mudanças cotidianas.

A estética do abandono, ao questionar a integridade da matéria, traz à tona a nossa própria fragilidade e efemeridade, lembrando o término certo de tudo, fazendo com que o homem, ao mesmo tempo, se espelhe e se estranhe no próprio abandono. O resto abandonado, como espetáculo da finitude em meio ao cotidiano urbano, pode carregar, portanto, o próprio peso da existência, a ênfase da degradação no mundo real. (GHISLENI, 2022)

Sendo refém da sua própria representação, a cidade e suas

arquiteturas abandonadas acabam por transmitir um significado de repulsa aos seus cidadãos. Estes indivíduos, ao se depararem com tal cenário, acabam por criar um quadro de negação, que resulta dos atributos presentes na imagem criada por essas edificações e seus objetos físicos em si. A convivência dos habitantes, então, através das suas experiências dispostas em diversas temporalidades e em distintos espaços da cidade, exige um esforço que procure evitar um distanciamento das pessoas, dos espaços e dos lugares habitados.

Quebrar paradigmas na forma em que a cidade é presenciada, assim como nas suas representações simbólicas, faz com que as arquiteturas abandonadas se transformem em lugares de distinta peculiaridade, que possibilitam um novo entendimento dos fragmentos que compõem a paisagem urbana dos ambientes da cidade e das relações que são intrínsecas entre o sujeito e os seus espaços (SOUZA, 2021).

Ao se apresentar como parte integrante de um amplo panorama da experiência cidadina, as arquiteturas abandonadas assumem um papel de relevância na assimilação que se estabelece em cada indivíduo que se comunica e que, de certa forma, se reconhece nas imagens e nas identidades que se expressam na cidade e nos seus lugares. Tal fato revela a importância da percepção de imagens contidas no espaço urbano, já que isso auxilia no desenvolvimento de leituras plurais. O indivíduo, então, se vê e se entende através da experiência que vive na cidade.

Para que essa experiência do pensar, sentir e representar a cidade consiga permitir assimetrias de significados, sem que simbolismos sejam anulados, faz-se necessário um aporte que contemple os espaços e seus elementos indissociáveis (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 348). Assim, entende-se que experienciar uma estrutura não é recebê-la de forma passiva, mas sim vivê-la, assumi-la e retomá-la, encontrando em si o seu sentido de existência.

É possível perceber, ainda, a ruptura que os espaços urbanos vêm sofrendo com o abandono da centralidade setorial, típica da sociedade industrial moderna, para a descentralização do espaço urbano na pós-modernidade. Tal fato resulta da amplitude da mobilidade urbana dos meios de transporte e sua extensa rede urbana de fluxos integrados; pelo avanço e velocidade da comunicação digital e de seus serviços; assim como pelo próprio *modus operandi* do capitalismo, em que o “progresso” e o movimento, característicos desse sistema, se tornam a assertiva de uma nova forma de acumulação de capital flexível, fazendo da ruína um testemunho inscrito deste movimento na paisagem urbana das cidades (SOUZA, 2019). Dessa forma, entende-se que a mobilidade do capital dá suporte ao arruinamento intensificado do espaço edificado, que se expressa no corpo das cidades nessa dialética do progresso. Tal atitude gera uma nova maneira de se construir os espaços urbanos, por meio de uma configuração fragmentada que engendra uma descentralização da subjetividade e da representação imagética da cidade, fazendo-se

necessária uma postura plural na concepção estética da urbe.

Figura 14: Prédio do antigo Hotel Nassau, na rua Larga do Rosário, no bairro de Santo Antônio - Recife. O prédio, abandonado, foi ocupado por movimentos populares.



Fonte: Maria Luna, 2022.

Sendo renegados pelos olhares citadinos, os lugares abandonados acabam por se tornar alvos de críticas de especuladores imobiliários e agentes do capital, que aguardam e incentivam a sua demolição para dar lugar a uma futura renovação urbana. A representatividade simbólica dos lugares abandonados, então, acaba por resplandecer no contexto da sociedade contemporânea.

Essas ruínas urbanas do presente, a partir da sua presença marcante enquanto cicatrizes no território habitado, enunciam novas perspectivas no entendimento da cidade, uma vez que sua composição não se delimita a um espectro fechado, mas se constitui a partir de um processo não hegemônico,

como afirma o autor Henri-Pierre Jeudy:

A cidade não para de se expor, o que não é idêntico ao fato de que se pode expô-la. Sua morfologia global é sentida de maneira orgânica, antes de qualquer construção da representação, pelo imediatismo de nossos modos de apreensão. Ao contrário, a exposição da cidade, as maneiras de pensá-la, de representá-la, se cristalizam em torno da imagem. (JEUDY, 2005, p.118)

Desse modo, tal ruptura epistemológica na maneira em que se é percebida a cidade e suas representações transforma os lugares abandonados em locais que possibilitam um novo entendimento dos fragmentos que compõem a paisagem urbana dos espaços da cidade. A estética da urbe, que se encontra em frequente mutação e transposição, abarca também o abandono e suas paisagens como ponto compositivo e integrante de um panorama mais amplo e, portanto, mais democrático na expressão que representa para cada indivíduo que se comunica e que se reconhece na identidade apresentada pela cidade.

Além disso, pontua-se que a identificação que se tem com o lugar não resulta exclusivamente da sua função, mas do nível de apropriação desses espaços por distintos grupos de pessoas, que conseguem intervir, a seu modo, a fazer daquele ambiente um lugar de significados e atributos. Sendo assim, lugares aparentemente esquecidos, em que a memória do passado predomina sobre a do presente, tendem a se posicionar fora dos circuitos efetivos - e afetivos - da cidade. E para que essa experiência do pensar e

representar a cidade permita uma pluralidade de significações, sem que sejam anulados simbolismos e percepções, a exploração urbana e o uso dos lugares abandonados devem ser pretendidos, visando um reconhecimento universal do direito à cidade.

O seu estado de degradação instiga a complexidade do transitório e a efemeridade da matéria. São ruínas que, por diversas razões, perderam seus atributos, se transformando em construções inacabadas, desmoronadas e esquecidas. Se transformam, desse modo, em escombros, que remetem diretamente à cidade em movimento e desvelam os inúmeros motivos que moldam o espaço urbano (GHISLENI, 2017, p. 27).

Nesses lugares são criados espaços de vertigens, em que se podem surgir diversos tipos de conceitos, entendimentos, análises e propostas. São lugares aparentemente esquecidos, em que parece predominar a memória do passado sobre o presente. São lugares obsoletos, em que apenas certos valores residuais parecem se manter, apesar de sua completa desafeição da atividade da cidade (SOLÀ-MORALES, 2012).

Assim, nota-se que abandonar um espaço é provocar o seu silêncio. Rocha (2008) acredita que olhar para as arquiteturas abandonadas significa presenciar um mistério indecifrável, que perdura até que se encontrem respostas e nos acostumemos com o quadro, fazendo com que os restos de

construção sejam apreciados como ruínas. As arquiteturas do abandono são, portanto, territórios de desestabilização, de desvio, lugares onde se colocam a realidade pretendida e a ilusão radical que nos cerca.

Figura 15: Degradação em prédios no bairro de Santo Antônio - Recife.



Fonte: Pedro Valadares, 2017.

Esses ambientes, então, tornam-se lugares externos, estranhos, que se situam fora dos circuitos e das estruturas produtivas da cidade. Seus espaços são esvaziados de atividades, condicionados pela velocidade com que a mudança se produz. Há, assim, uma vinculação indissolúvel entre seus significados e linguagens inerentes, que comunicam uma forma de ruptura na leitura e na assimilação desses ambientes edificados.

Ao se pensar sobre a semântica do urbanismo e da cidade, é possível identificar os estudos desenvolvidos pelo semiólogo Roland Barthes, que,

por meio dos seus escritos, auxilia no entendimento das sintaxes e dos signos que a urbe contém.

Neste esforço de abordagem semântica da cidade, devemos tentar compreender o jogo dos signos, compreender que qualquer cidade é uma estrutura, mas que nunca se deve tentar, mas que nunca se deve querer preencher essa estrutura. Pois a cidade é um poema (...). É um poema que expande o significante, e é essa expansão que finalmente a semiologia da cidade deveria tentar captar e fazer cantar. (BARTHES, 2001, p. 231)

Sendo assim, as reflexões do autor apontam para os signos contidos nas leituras feitas ao percorrer a cidade, além de revelar a necessidade de se fazer sentir uma demanda plural de compreensão da sua linguagem, por meio de uma justaposição latente na experiência que se vive na cidade. Segundo ele, quem se desloca na cidade torna-se um leitor que, segundo as suas obrigações e os seus deslocamentos diários, “recolhe fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo” (IBID., p. 228).

Ao se deparar com estruturas abandonadas na cidade, percebe-se uma fragmentação que compõe a estética e a imagem da urbe. O edifício abandonado é entendido enquanto uma arte-arquitetura que emana um potencial comunicacional através da sua imagética e da sua linguagem, e, portanto, permite a percepção e interpretação ‘não-normativa’ das construções no ambiente urbano, revelando as distintas linguagens e os múltiplos olhares que podem se

desenvolver na urbe (SOUZA, 2019).

Nesse contexto que relaciona a conformação arquitetural e suas distintas linguagens, Roland Barthes traz, mais uma vez, coerência ao abordar os múltiplos olhares, imprescindíveis na interpretação dos ambientes urbanos:

Falando sobre as leituras que fazemos dos símbolos da cidade (...) mas lembrando-nos sempre de que nunca se deve procurar fixar e tornar rígidos os significados das unidades descobertas, pois, historicamente, esses significados são extremamente imprecisos, recusáveis e indomáveis. (BARTHES, 2001, p. 231)

Dessa maneira, o movimento de compreensão da arquitetura e da cidade enquanto linguagem, sentido, comunicação e palavras permite uma ampla abertura à diálogos que permeiam reflexões entre a arte e a arquitetura, indo além dos limites tradicionais de distinção entre suas respectivas especificidades, mas entendendo a materialidade arquitetural em seus mais amplos significados. O discurso da linguagem arquitetônica abandonada tende a transcender as expectativas presentes em uma leitura linear do ambiente urbano. Tal quebra de paradigma torna-se um suporte para a elaboração mais destrinchada da metáfora existente na semântica dos símbolos da cidade esquecida (SOUZA, 2019).

Assim, nas relações e intenções vividas no ambiente urbano, a estética da cidade, que se encontra em constante processo de mutação, também deve

envolver o abandono e seus componentes como elementos constituintes. Estes lugares são vistos como espaços perigosos ou proibitivos, no entanto, é possível perceber um apelo estético e funcional a essas paisagens.

Figura 16: Sobradinho Mourisco, edificação centenária abandonada na cidade de Vitória de Santo Antão - PE.



Fonte: Junior Santos, 2022.

A pré-existência no contexto da reabilitação

capítulo

03

3.1

A necessidade da preservação

O habitante da metrópole sente os espaços não dominados pela arquitetura como reflexo de sua própria insegurança [...] mas também uma expectativa do outro, do alternativo, do utópico, do porvir. (SOLÀ-MORALES, 1995, tradução Igor Fracalossi)

A modernidade implicou em uma reconfiguração cortante para as lógicas de vida e de produção do homem, acelerando o ritmo e o teor das transformações a tal ponto que em pouco mais de dois séculos, observou-se uma modificação irremediável em todas as formas de produção (BAETA e NERY, 2022). Na arquitetura, por sua vez, a natureza das mudanças se deu de tal ordem a ponto de, em pouco tempo,

romper vínculos com os saberes e fazeres tradicionais, provocando um abismo entre criação e tradição.

As transformações urbanas, em crescimento na história das cidades, deixaram uma série de estruturas construídas em estado de abandono, ocasionando que a sociedade atual presencie construções de sociedades anteriores. Logo, a cidade do passado

deixa uma herança cultural sobre a qual há de se pensar alternativas para a preservação e memória desses lugares. Ao passo que a cidade moderna cresce, a cidade histórica se torna estagnada.

Desde meados do século XX até os dias atuais, o mundo segue uma tendência de supressão e eliminação de velhas arquiteturas, com o objetivo de utilizar os seus ambientes para uma renovação estética e funcional dos espaços urbanos a partir de modelos totalmente novos, o que acaba fomentando o surgimento e a consolidação de vários grupos de profissionais que se empenham em preservar e manter esse patrimônio (DIAS, 2018).

Nesse contexto, as lógicas de vida e produção do homem aceleraram o ritmo e o teor das transformações a tal ponto que, em pouco mais de dois séculos, modificaram irremediavelmente todas as formas de produção. Na arquitetura, por sua vez, a natureza das mudanças foi de tal ordem que acabou por romper vínculos milenares com os saberes e fazeres tradicionais, provocando um abismo quase intransponível entre criação e tradição, entre o novo e o antigo (BAETA e NERY, 2022).

Ainda segundo Baeta e Nery (2022), a problemática da descontinuidade arquitetônica e construtiva que insere a necessidade de preservação das obras do passado tem seu início na Revolução Industrial, mas se desenvolve no século XIX e tem sua definição na cultura ocidental, com as vanguardas estéticas do início dos anos 1900, atingindo seu ápice com o Movimento Moderno.

De acordo com Francisco de Gracia (1996), ainda que a ideia de Modernidade já existisse desde o Renascimento, é somente a partir do século XX que movimentos artísticos e arquitetônicos irão começar a renegar a possibilidade de sua própria continuidade, através de posturas anti-historicistas. Para o autor, isso acabou gerando um impacto irreversível na cultura arquitetônica ocidental, entre as quais uma das piores consequências foi a postura imperativa de mudança dos lugares por parte dos profissionais de arquitetura, que priorizavam a modificação em detrimento da melhoria.

Tal questão se mostra relevante na (des)continuidade da tradição arquitetônica. Com a evolução técnica e material das formas de construção, a partir da utilização de materiais industrializados, conjugados à atitude anti-histórica das vanguardas do início do século XX, os problemas da criação de novas obras e a questão da preservação de obras do passado foram colocados em campos opostos (BAETA e NERY, 2022).

Outro ponto é a imperativa necessidade do novo, como valor de novidade na era moderna capitalista. Tal valor só é passível de compreensão ou existência no confronto com seu oposto; ou seja, é apenas na diferença entre o novo e o antigo que o novo pode acontecer. Nesse movimento, criação e preservação arquitetônicas foram colocados em lados opostos. É diante dessa problemática que se instaura a condição da concepção do novo como algo inédito, e a necessidade de salvaguarda

do antigo. Como afirma Odete Dourado:

A consciência da fugacidade do tempo, própria do mundo moderno, leva, inevitavelmente e em consonância com ela, à produção de objetos materialmente fugazes, nos quais a atualidade do 'novo' cede rapidamente espaço ao seu contrário, o 'não-mais-novo', o descartável, por já obsoleto. Nesse mundo, nada pode ser feito para durar, nem mesmo as arquiteturas cuja tradição fincou na solidez ou duração uma de suas bases mais tradicionais. [...] Se é verdade que o chamado Movimento Moderno é fruto desse caldeirão cultural, é também verdade, e cabe aqui insistir, que dele emergirá a necessidade imperiosa de preservar ou de fazer escapar da voracidade e fluidez do tempo especiais produtos da atividade humana a que atribuímos valor de arte e de história. (DOURADO, 2009, p. 136-152)

Assim, compreendendo que a sociedade contemporânea é repleta de mudanças e readaptações, é possível entender que tais edificações antigas também necessitam passar por processos de adaptações e, muitas vezes, não se consolidam com seus usos e determinações originais, necessitando de uma reutilização e reconfiguração funcional. Tal processo tem gerado exemplos de êxito, como a Pinacoteca do Estado de São Paulo e o Museu Rodin, em Salvador - BA.

Figuras 18 e 19: Áreas interna e externa da Pinacoteca do Estado de São Paulo.



Figuras 20 e 21: Intervenções realizadas no Museu Rodin, em Salvador, pelo escritório Brasil Arquitetura em 2002. No projeto, houve a inserção de um anexo complementar à edificação principal.



Percebe-se, porém, que apenas a restauração estética e funcional puramente patrimonialista não bastam, pois é necessário incentivar a dinâmica econômica local e prover incentivos aos moradores e frequentadores de espaços, de forma a criar vínculos dessas pessoas com os lugares, fazendo com que elas se apropriem deles e consigam criar memórias a partir da sua inclusão em práticas cotidianas (BONDUKI, 2010, p. 8-9).

Ainda que exista, hoje em dia, uma maior consciência da velocidade da transformação sob a qual a cidade está sujeita, o fato de que uma mesma geração pode ser contemporânea da construção e ruína de um edifício ainda surpreende. Tal tendência a um processo transitório cada vez maior alimenta um dilema no qual “a permanência significa estancamento e o crescimento quer dizer instabilidade” (GHISLENI, 2017, p. 33).

Esse tipo de conduta tende, então, a revelar o comportamento de uma sociedade que preza pela mudança mas não encontra formas de assumir as suas consequências. Os habitantes participam de um sistema que influencia na economia, que altera fluxos, investimentos e que também contagia a arquitetura, como um corpo que persiste em meio a diversas transformações que acontecem dia após dia. As edificações abandonadas, portanto, caracterizam-se como a parte que se rejeita dentro desse contexto.

Desse modo, a multiplicação dessas estruturas, em determinados casos, gera

um estado de alerta, fazendo com que vários grupos sociais se voltem para esses destroços. Se localizando geralmente em áreas nobres, tais edificações se despedaçam e desfalecem, estrutural e espacialmente. Em sua própria temporalidade, acabam à mercê de um impulso que revele, novamente, a sua capacidade no tempo presente.

Ghisleni (2017) afirma que as apropriações e intervenções que ocorrem no espaço urbano abandonado aceitam a incerteza de futuro que povoa as cidades, livrando-as da “euforia certa”. Assim, tais atitudes revelam o desejo de reavaliar propostas de desenvolvimento através de uma mudança de paradigma que permite a restituição de tais territórios, reafirmando-os como pertencentes ao sistema. É, então, uma forma de ressignificar os restos, o que foi esquecido e abandonado, permitindo o renascimento de uma possível potência urbana.

Ainda segundo a autora, as ocupações contemporâneas do abandono - sejam elas intervenções efêmeras, culturais, ou artísticas - lutam contra o sistema especulativo imobiliário, que trata as edificações abandonadas como cifras à espera da multiplicação. Ao permitir mutáveis e diversas atividades, essas intervenções materializam e reforçam, por meio de cores, debates, oficinas e cenários, a importância do território abandonado na cidade contemporânea.

Figura 22: Ocupação Marielle Franco, em Recife. 2019.



Fonte: Marco Zero Conteúdo.

Dentro desse cenário, entende-se o papel dos arquitetos e urbanistas, que, de acordo com Siegfried Giedion (2004, p. 840), devem atuar para unir o organismo da cidade, de modo que o ambiente urbano se torne também um espaço sociável. Sua forma de projetar deve ser menos técnica e mais humana, compreendendo a cidade não como objeto de especulação financeira ou mero instrumento de produção, mas como um espaço de convívio.

O autor ainda adiciona à sua discussão diversas diretrizes que devem ser adotadas pelos projetistas urbanos, que envolvem pontos como descobrir as relações com a região circundante e entender os diferentes perfis da população que será envolvida e afetada pelo projeto. O fator humano, então, deve direcionar a concepção da

morfologia urbana. Com essas diretrizes, o urbanista deve formular amplas investigações que guiem os seus planos, com flexibilidade, funcionalidade e promovendo relações que sejam vitais e úteis à realidade e as metas desejadas.

Jane Jacobs (2009, p. 268) afirma que um dos principais componentes de uma boa urbanidade é a diversidade urbana, que é gerada a partir de quatro condições: boa combinação de usos; ruas frequentes; mistura densa de idades e construções; e alta concentração de pessoas. Dito isso, pode-se perceber que uma ocorrência nociva à cidade é a disputa de usos em uma determinada área, em que usos mais lucrativos predominam e afastam outros, tornando a paisagem urbana monótona. Após esse processo, e devido à dinâmica do capital, a tendência, segundo a autora, é que esses usos venham a entrar em declínio e a área, assim como as edificações, se tornem um espaço marginalizado.

Sendo assim, a relevância de se preservar as edificações se dá pela ideia da reconversão. Gerar um lugar no que parecia ser um mero desperdício. Para isso, ao se renovar um edifício em que a função será diferente da pré-existente, é necessário levar em conta que o novo programa seja compatível com o edifício existente, sendo exequível e funcional, de modo que respeite a fidelidade ao passado dos lugares e das comunidades que o planejaram, mas também que se adeque ao processo de inovação necessário na contemporaneidade (RODRIGUES, 2015).

Nesse diálogo constante entre o passado e o presente, o objetivo é alcançar o equilíbrio. Em todo esse processo, é possível observar vários tipos de abordagem: o contraste entre a pré-existência e a nova arquitetura adicionada, que pode se traduzir tanto na diferença de materiais como em aspectos formais da composição; a adaptação entre a arquitetura pré-existente e a nova arquitetura, na qual pode se traduzir na integração ou na tentativa de unir o novo ao antigo, trazendo certa continuidade visual; e a reinterpretação entre a arquitetura pré-existente e a nova arquitetura adicionada, em que o novo prevalece e assegura a sua identidade, se afirmando como uma unidade única e independente (RODRIGUES, 2015).

Assim, entende-se que em seu interior, a pré-existência é muito mais que um limite físico para o projeto, uma vez que pode ser estimulante, acabando por incentivar o desafio e o questionamento de uma nova forma de habitar para o espaço. Desse modo, a reabilitação não se limita ao palpável, mas envolve a paisagem, o lugar e o usuário. Quando um edifício sofre uma alteração, seja ela qual for, a ligação deste com a paisagem também se transforma, ficando fragilizadas as memórias e a própria essência do lugar, afirmando a ideia de *Genius Loci* defendida por Norberg-Schulz (2009).

Figura 23: Situação de arruinamento da antiga casa de Clarice Lispector, na praça Maciel Pinheiro.



Fonte: Ponto Urbe.

Um olhar além do morfológico

capítulo

04

44.1

A memória e a restauração arquitetônica

Uma preocupação não somente ambiental, mas uma tentativa de revelar também os fracassos do desenvolvimento revertendo-os a um novo propósito e fazendo renascer, das entranhas de uma cidade renunciada, uma potência urbana. (GHISLENI, 2017, p. 34)

É um fato comum que a memória, enquanto fenômeno social, é coletivamente construída e reproduzida ao longo do tempo. Sendo dinâmica, mutável e seletiva, a memória é entendida como o “passado vivo”, que se constitui pela sucessão de acontecimentos marcantes na vida de uma pessoa ou de um grupo, o que permite a construção de uma narrativa sobre o passado. Tais processos sociais

ou históricos tendem a reforçar e reproduzir uma sensação de identidade, que reflete todo o investimento que se é feito para que uma memória seja formada.

Os ambientes construídos pelos homens guardam, por meio da sua materialidade, a memória das ideias, das práticas sociais e dos sistemas de representação dos indivíduos que ali convivem. Se

afastando da conservação integral ou paralisada, o processo de ativação da memória comporta mudanças, que correspondem a “programar o esquecimento” e controlar, de forma seletiva, o que se é considerado relevante e que portanto interessa se manter vivo enquanto elemento de valor cultural (ALMEIDA e BOGÉA, 2007).

Ao se analisar projetos arquitetônicos de requalificação, geralmente a atenção primária se dá aos elementos que serão mantidos, ficando como um legado de um tempo vivido. Entretanto, se a memória possui como antônimo o esquecimento, as intervenções devem acontecer a partir de uma ação crítica, de modo a definir o que de fato tem relevância para continuidade em um novo tempo. Assim, a materialidade não se fixa em sua totalidade, não se engessa ou se limita ao tempo passado, mas permite ressignificar o seu ser de modo a conviver com uma nova organização espacial.

De acordo com Pelegrini (2006), as noções de patrimônio cultural se vinculam às de lembrança e de memória, uma vez que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais. A memória, dentro desse cenário, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, capacitando o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história possa se eternizar na consciência humana. O passado só permanece “vivo” através de trabalhos de síntese da memória, que permitem revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo

passa a compartilhar suas experiências, tornando, a partir disso, a memória “viva” (ALBERTI, 2004 apud ROCHA, 2012).

Figura 25: Retrato do descaso.



Fonte: Anna Flavia, 2022.

É possível analisar, dentro disso, que a memória, ainda que possa ser entendida como um fenômeno particular, pode ainda ser compreendida enquanto um fenômeno coletivo e social. Os seus elementos de constituição são, inicialmente, episódios que ocorrem de modo pessoal, mas também são aqueles que se vivem pelo grupo social no qual as pessoas estão envolvidas. Ela é, então, construída e renovada dia após dia, sendo este um processo consciente ou não.

Pollak (1992) afirma que a memória pode ser considerada como um elemento pertencente ao sentimento de identidade, tanto individual quanto

coletivo, na medida em que ela também se torna um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo, tendo em vista a sua reconstrução de si. Ela se torna, dentro disso, fator essencial para a construção de um sentimento de unidade, continuidade e coerência, ou seja, de identidade.

Tal construção de identidade, vista pela ótica do espaço urbano e suas arquiteturas, permite o estabelecimento de um vínculo que envolve suas estruturas e as gerações humanas, incluindo o tempo histórico que as acompanha. Esse vínculo, que se torna afetivo, possibilita que a população se identifique como parte pertencente a esse todo, enquanto sujeitos que vivem, intervêm e usufruem de determinados espaços da cidade.

Com base nisso, constata-se que a identidade de uma cidade, estado ou país pode se construir através de uma memória individual e coletiva, a partir do momento que a sociedade, de modo geral, se dispõe a preservar os seus bens culturais como forma de construir a sua cidade e manter vivas as histórias que levaram ao desenvolvimento da sua localidade. Ao se entender a pré-existência enquanto herança do passado, é possível vivenciá-las no presente e transmiti-las às gerações futuras de modo equilibrado, mantendo viva não só a sua memória, mas também a sensação de pertencimento dos indivíduos, o que tende a assegurar uma identidade cultural.

Zonno (2018), por sua vez, afirma o

lugar como reinvenção de uma situação específica, no contexto da paisagem contemporânea em sua complexidade. É a partir disso que se compreende a relação entre arte e arquitetura, procurando entender o contexto e a produção de lugar na contemporaneidade. De acordo com a autora, o lugar pode ser pensado de forma complexa, de modo a explorar a sua condição de atualidade e evocar e produzir novos significados a partir de uma interpretação do existente, não só de modo consonante, mas também paradoxal, reinventando a paisagem dia após dia. O lugar, então, é reinventado, interpretando seus valores a partir de um olhar do presente (construção de memória), de modo a expor significados e criar novos.

A relação antigo-novo, a partir disso, se compreende a partir do momento em que o antigo é interpretado e o projeto contemporâneo consegue, por meio de seus elementos, instaurar, de forma poética, novas possibilidades de fruição e significação. As intervenções contemporâneas, inseridas em um contexto de valor patrimonial, têm o seu cunho criativo, uma vez que se relaciona com a pré-existência e com a paisagem de diferentes formas (ZONNO, 2018).

Figura 26: Relação entre o antigo e o novo na Rua do Apolo, no bairro do Recife.



Sendo assim, os lugares possuem uma série de significados que se transformam a cada momento, e posicionamentos polarizados podem conduzir à “nostalgia do passado” ou à “nostalgia do futuro” (KOOLHAAS, 1995). Diante disso, é importante salientar os riscos da permanência enquanto nostalgia. A “museificação” de paisagens e a compreensão da identidade como algo mítico são pontos a se observar, uma vez que o permanente só se sustenta a partir de uma memória vivida. Por outro lado, as abordagens nostálgicas em relação ao futuro são criticadas, dada a existência de intervenções que são indiferentes à consideração do passado e à possibilidade da nova arte construída se relacionar com ele. Isso revela uma ideologia não só do novo enquanto novidade, mas também como produto de uma visão de cidade que se pauta pelo consumo, pela renovação.

Sobre tal tópico, Carbonara (2011) realiza uma crítica à arquitetura como “pura atividade artística”, sem que tenha outro objetivo além da expressão individual ou a celebração publicitária. Sua reprovação se refere a escolhas estéticas que tentam apenas se exibir, sem compreender a paisagem como transformação contínua, gradual e necessária em seu processo formativo. Segundo ele, o tipo de intervenção antigo-novo pode se apresentar como um novo modismo, em que o bem de valor patrimonial, o pré-existente, se torna apenas um pretexto que reflete a vontade dos profissionais de arquitetura de se colocarem lado a lado com os arquitetos do passado, muitas vezes

sem se preocupar em realizar um diálogo respeitoso.

O autor, então, descreve a problemática da intervenção antigo-novo a partir da oposição entre uma arquitetura que tem como característica retomar os valores de uma modernidade vanguardista e globalizada, high tech e atópica; e, por outro lado, de uma pós-modernidade “regressiva, imitativa e falsificante” (ZONNO, 2018). Dessa forma, é possível entender que, de acordo com a sua visão, é necessário combater o conservadorismo ideológico, mas também a negligência consciente, trazendo à edificação uma forma de intervenção responsável.

Assim, para que se possa enfrentar a questão do antigo-novo, é necessário desenvolver uma abordagem que consiga reunir conhecimento conceitual e crítico sobre as práticas contemporâneas em arquitetura, teoria do restauro e até filosofia, entendendo, dentro disso, conceitos como memória, esquecimento, história, tradição e modernidade. Para isso, é preciso estabelecer critérios de categorias que permitam valorar diferentes casos, abrangendo diversos âmbitos de interesse, indo desde a inserção contemporânea sobre uma pré-existência até a conservação e restauro em diversos níveis.

Para desenvolver a sua ideia, Carbonara (2011) parte da reflexão feita por Benedetti em 2004, que reflete sobre o tema da “contextualização ativa”. Tal conceito se fundamenta na ideia da intervenção não sendo feita a partir de

uma liberdade total, mas por uma abordagem que se proponha, sem renunciar a um “sentir” contemporâneo, a constituir consonância ao contexto em que se insere. A intervenção, então, se torna face contemporânea, mas não deve pretender contrastar ou conturbar o equilíbrio figurativo do conjunto, uma vez que significados e memórias estão inclusos no espaço desde o momento da sua concepção.

Dessa maneira, ao intervir em uma pré-existência, o objetivo deve ser se afastar da cópia da modalidade estilística do passado, mas tomar as suas impressões e características de modo a reinterpretar o caráter da edificação em uma linguagem atual, “atualizando-a” às demandas e estilos presentes na contemporaneidade sem que sua essência seja perdida. É com base nisso que Carbonara ressalta que “o contraste com o antigo, desde que bem estudado, é preferível à imitação ou réplica linguística” (2011, p. 4-6). Sendo assim, a inserção de novos elementos deve ser avaliada em sua modalidade expressiva.

O autor, então, reconhece três fases que envolvem o projetar no antigo-novo: reconhecer o existente, se apropriar do mesmo a partir de um processo empático e produzir a diferença. Para que essa produção aconteça, o historicismo não deve ser o ponto chave, pois, na sua concepção, a história não deve ser vista como uma sequência de acontecimentos e o significado de um monumento não deve ser atribuído segundo a sua aparência da história, mas sim de sua “presença material”.

Ao entender a apropriação a partir de um “processo empático”, é possível refletir sobre a forma de atuação do profissional de arquitetura dentro desse cenário, que reconhece o bem não apenas de forma estilística e formal, mas entende-o também em sua proposição de vivências. O novo, então, é produzido como diferença, de modo a mobilizar memória e invenção.

Somente o uso desta memória pode levar à superação da tradicional contraposição antigo-novo, entre tutela e inovação, conservação e projeto, por reivindicar uma ‘arquitetura da duração’ que corresponde a uma ‘tradição outra da modernidade’ na qual a linguagem inovadora e a linguagem consolidada da história venham a se misturar, como se entrando em ressonância, tornando-se complementares. (CARBONARA, 2001, p.45)

Desse modo, para que seja viável criticar as obras contemporâneas, devem ser considerados possíveis deslocamentos inventivos entre a memória e a inovação, não só observando formalismos, mas também abordando a experiência a partir do corpo, o reconhecimento das questões da linguagem, e dimensões discursivas como participantes do campo dos significados. A pré-existência, nesse caso, se apresenta como um objeto-discurso, indo além do que é físico.

Além disso, observa-se que a produção de lugar, na contemporaneidade, é pensada de diferentes modos, de forma que a relação com a permanência e a produção é considerada, entendendo a experiência estética da paisagem como parte de um processo em que a

produção de significados se põe em questão. Dentro disso, existe o reconhecimento da memória como um processo seletivo, mas também intuitivo que pode construir associações no campo da imaginação. A potencialidade da reinvenção de um lugar pode se tornar guia para a criação, criando um sentido de cultura e renovação enquanto um processo vivo.

Não há um método único e exclusivo de se intervir em uma pré-existência, dado que cada caso tem suas particularidades e que o conjunto novo-antigo é sempre capaz de evocar novos sentidos e perspectivas. O profissional, então, deve analisar a paisagem cultural em questão, de forma a considerar aspectos não só morfológicos, visuais e ambientais, mas especialmente sociais, entendendo, acima de tudo, seus usos e significados (ZONNO, 2018). A escolha de manter, modificar, inserir ou renovar os elementos presentes em uma estrutura tende a guiar o olhar das pessoas que a vivenciam e lidam com ela no seu dia a dia.

Assim, ao refletir a relação entre o artístico e o tema das intervenções antigo-novo, é possível se deparar com a ideia de que o “artístico” se refere a uma liberdade criadora absoluta. Tal visão tende a criar uma forma de arquitetura que não possui uma preocupação contextual, criando um objeto que se isola no local onde se insere. Camillo Sitte (1960), por exemplo, critica essa prática a partir de métodos de análises de estruturas de linguagem, tomando como ênfase o locus dos ambientes. Para ele, os elementos novo e antigo devem ser articulados em uma estrutura que se baseia na permanência do significado para a memória coletiva. Assim, as estruturas formais são interpretadas não só como uma leitura do sítio, mas como possibilidades do profissional de arquitetura transformar e até produzir novos tipos que se baseiam a partir de fragmentos do passado.

Norberg Schulz (1976) também contribui para a discussão ao defender, por meio do seu pensamento sobre a “fenomenologia do lugar”, o reconhecimento do *genius loci*, do espírito do lugar, a partir da manifestação material enquanto caráter. O lugar, nesse contexto, se apresenta como um elemento qualitativo, se constituindo de elementos concretos, com todas as suas formas, cores e texturas que, juntas, determinam a qualidade que esse ambiente possui, apresentando a sua essência, que se reconhece a partir do espaço vivido.

A arte, em seu olhar livre e em sua relação com o tempo, conduz à

Figura 27: Edifício Trianon, no centro do Recife. O prédio, anteriormente ocioso, foi reincorporado à vivência da cidade a partir da atribuição de um novo uso, se tornando bloco de uma Universidade.



experiência, que é capaz de promover transformações a partir da sua intensidade. Assim, diante dos desafios que se impõem, a arte das intervenções deve se desenvolver com foco em produzir novos significados, como reflexo coletivo do passado no presente, e do presente como ferramenta que constrói diferentes olhares para o passado.

É possível compreender, a partir disso, que a relação antigo-novo se dá de uma forma abrangente, “permitindo” que a diferença se estabeleça, desde que seja feita de forma equilibrada. Tanto a consonância quanto a dissonância são válidas, contanto que os projetos não se rendam à especulação ou não sejam tão radicais a ponto de comprometer ou ignorar o valor artístico que já se encontrava na pré-existência. Dessa forma, é entendida a importância de se constituir posicionamentos interpretativos sobre o que já existe, de modo a intervir a partir de fundamentos e bases conceituais que trabalhem entre a tradição e a inovação, trazendo a memória como possibilidade de intervenção a partir de métodos contemporâneos.

4.2

O que dizem os teóricos: De Certeau e De Gracia

A cidade é um patrimônio do passado a ser transferido para o futuro e, sim, é possível ser melhorada pelo presente. (DE GRACIA, 1992, p. 179)

No aspecto de expectativa que envolve os vazios urbanos, a intervenção arquitetônica se torna, paralelamente, a concretização de sua integração ao conjunto edificado consolidado da cidade, e, de certa forma, representa o fim das possibilidades e fantasias que caracterizam a indeterminação desses ambientes. Como, então, seria possível remover o caráter de ociosidade de um espaço sem que ele se torne apenas

mais um objeto dentro da composição genérica da paisagem urbana e cidadina?

Os edifícios ociosos, muito marcados pelas consequências físicas da temporalidade, necessitam de um papel de requalificação que percebam esses espaços sob uma ótica de sensibilidade, de consciência da sua pré-existência e importância, dos seus vestígios e de todos os significados atrelados a eles ao

longo do tempo.

Gerar novos valores sem que se rompa definitivamente com o passado é um forma de continuidade alternativa, a partir da construção de uma nova identidade sem a tentativa de apagar o momento em que foi ruína mas, pelo contrário, tomando-o como ponto de partida para a geração de uma nova possibilidade, para a criação de um “lugar outro” (SAMPAIO, 2022). É nesse cenário que se discutem as teorias da conservação, que analisam e tomam como base as distintas formas de se fazer um restauro em uma edificação (ou conjunto) pré-existente.

De início, tem-se a contribuição do historiador Michel de Certeau em seu livro *A Invenção do Cotidiano - Artes do Fazer* (1998). O autor, ao tratar das “práticas de espaço”, ressalta o fato de que só é possível habitar em lugares povoados por lembranças, lugares que se equiparem a relatos fragmentários de tempos embaralhados, enquanto narrativas que esperam releituras e novas interpretações.

Só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos, ali escondidos em silêncio, e que se pode ‘evocar’ ou não. (...) Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor e no prazer do corpo. (DE CERTEAU, 1998, p. 189)

De Certeau se posiciona contrariamente ao pensamento acadêmico moderno, ao “totalitarismo funcionalista”, considerando-o em descompasso com as transformações sociais vistas no mundo contemporâneo, ao apresentar-se como um conhecimento isento que se distancia do embate com a realidade do cotidiano. Assim, o autor afirma que as práticas e os relatos de espaço são táticas fundamentais para que se possa ativar a memória e a reconquista da familiaridade com o espaço urbano, desenvolvendo sentimentos de pertencimento e da própria capacidade de habitar a cidade.

Ao analisar as relações entre a identidade e os lugares, ele traz em sua obra uma afinidade entre a figura do pedestre em suas práticas do espaço, que remete a uma tradição compartilhada, em que pequenas experiências particulares passam a configurar algo mais do que uma existência individual, indo além do que é particular, caracterizando uma memória que se torna viva e pulsante a partir de uma dimensão coletiva.

O projeto contemporâneo, sob a sua perspectiva, se fortalece como uma proposição de espaços de habitabilidade, que se animam pela criação de novas narrativas, pela apreensão de relatos que entrecruzam e sobrepõem tempos e histórias. Ao conectar passado e presente, são elaboradas novas legendas e inventários que trazem à tona diversas representações simbólicas do cotidiano. Assim, as paisagens se constituem lugares na medida em que a sua

materialidade abriga também fatos indissociáveis da sua rememoração.

Ao citar a cidade de Manhattan em toda a sua agitação, De Certeau observa o contraste, a dinâmica cotidiana e a constante reinvenção. Seu presente se inventa, se renova e se constrói hora a hora, “no ato de lançar o que adquiriu e de desafiar o futuro” (DE CERTEAU, 1998, p. 169). Caminhar é viver a cidade, é ler e trazer a si o reconhecimento de um texto urbano que é escrito a cada passo e que compõe uma história múltipla, que se forma a partir de fragmentos de inúmeras trajetórias e representações.

A aliança da cidade e do conceito jamais os identifica, mas joga com sua progressiva simbiose: planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular. (DE CERTEAU, 1998, p. 172)

O conceito da cidade, dentro disso, se instaura a partir de um sistema operacional que se pauta na produção de um espaço próprio, que se organiza de forma racional de modo a criar um sujeito universal e anônimo, que é a própria cidade. Nesse cenário, suas funções, grupos e associações se inserem, trazendo à urbe a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de propriedades articuladas.

Para o autor, em um lugar organizado por operações classificatórias, a gestão e a eliminação coexistem. Por um lado, há a diferenciação e redistribuição de

partes em função da cidade; por outro, o que não é tratável é rejeitado, transformando-se em “detrito”. E é nesse fato que mora a problemática da organização funcionalista, pautando-se na ideia de um progresso que busca o novo sem que o próprio espaço existente seja considerado. Busca-se, então, descobrir o equilíbrio na ação em prol do desenvolvimento, sendo defendida a reinserção do “detrito” enquanto método de restituir a ordem do lugar, entendendo a cidade enquanto conceito, que se torna lugar de transformações e apropriações que se enriquecem com novos olhares e atributos.

Além disso, percebe-se o caminhar na cidade como um fator de relevância para a apropriação dos espaços. O ato de se mover resulta na concepção de mapas mentais urbanos que tomam como referência as trajetórias percorridas, envolvendo cheios, vazios, presenças e ausências. Nesse processo de fixações cotidianas nasce o esquecimento. Ambientes não valorizados e inativos acabam despercebidos, se tornando espaços não-considerados no viver cotidiano, inviabilizando a prática e a percepção que se tem sobre esses locais.

Cria assim algo descontínuo, seja efetuando triagens nos significantes da “língua” espacial, seja deslocando-os pelo uso que faz deles. Vota certos lugares à inércia ou ao desaparecimento, e com outros, compõe “torneios” espaciais “raros”, “acidentais” ou ilegítimos. (DE CERTEAU, 1998, p. 178)

O caminhante constitui uma figura de força na realização espacial de um lugar, carregando, mudando ou deixando de lado, em suas idas e vindas, diversos elementos espaciais. Sua seleção e escolha por seguir por determinados caminhos, atalhos e ruas acaba por instaurar uma articulação conjuntiva e disjuntiva de lugares. Andar por um ambiente se torna uma experiência orgânica coletiva, quase como um bem comum, em que se criam relações com os percursos, atribuindo-lhes valores cognitivos.

As formas de se mover são diversas, e tais formas criam maneiras de se apropriar dos lugares. É pelo conjunto dos componentes urbanos que se instaura o desejo de estar ou não estar, e isso envolve a manipulação destes elementos para que a sensação de pertencimento seja efetiva. Praticar o espaço é, para o autor, uma arte moderna de expressão cotidiana. O ambiente é tratado e transformado a partir das experiências vividas nele, criando um jogo de totalidades e fragmentos que trazem consigo um valor simbólico à medida que são (ou não) apropriados pelos habitantes.

Assim, os movimentos são feitos de forma muitas vezes inconsciente, impulsionados pelo sentido que a configuração do texto urbano carrega em sua composição. As ruas, paisagens e edifícios compõem um cenário de identificação, que têm a capacidade de significar o ambiente, indo além do que é físico. Se transformam em lugares de encontro, recheados de valores, “ligando gestos e passos, abrindo rumos e

direções” (DE CERTEAU, 1998, p. 185).

A riqueza do caminhar transforma lugares vazios em espaços ocupáveis, insinuando outras viagens que se opõem à ordem funcionalista de uma circulação. E é nisso que se fundam, de acordo com De Certeau, três funcionamentos que descrevem as relações entre práticas espaciais e práticas significantes: o crível, o memorável e o primitivo. Tais conceitos designam o que “autoriza” e tornam possíveis as apropriações espaciais; o que se repete de uma memória; e o que se encontra estruturado desde o princípio. São esses dispositivos simbólicos que organizam os discursos sobre a cidade, indo além da sistematicidade urbanística. São eles que permitem a habitabilidade do lugar, ao fazer lembrar os ambientes, alterar a identidade e criar no próprio espaço uma ideia de reconhecimento.

Dentro disso, as “legendas” da cidade - definidas pelo autor como o conjunto de elementos que se deve e se pode ler - permitem saídas, entradas, abarcam histórias e criações que promovem, portanto, espaços de habitabilidade.

Figura 29: O caminhar nos arredores da Estação Ferroviária.

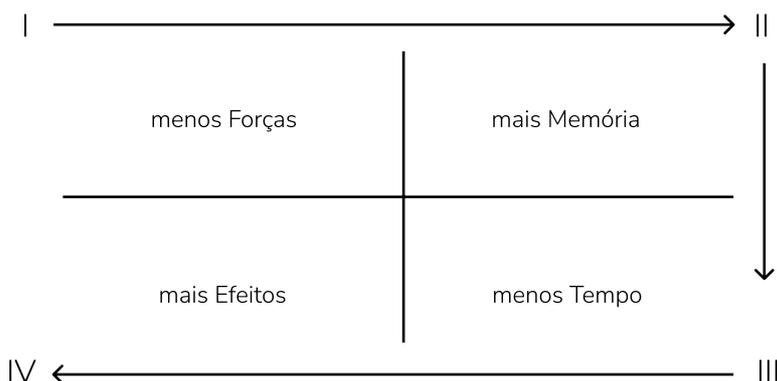


A circulação física se torna uma forma de explorar a memória, se tornando uma importante prática no processo de invenção, consolidação de espaços e construção de relatos, que trazem vida à cidade e a caracterizam.

A dispersão dos relatos indica já a do memorável. De fato, a memória é o antimuseu: ela não é localizável. Dela saem clarões nas lendas. Os objetos também, e as palavras, são ocos. Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se, onde dormitam revoluções antigas. (...) O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. (DE CERTEAU, 1998, p. 189)

É possível perceber que De Certeau, ao refletir sobre o mundo atual, realiza uma reflexão epistemológica sobre a história, apontando a sua necessária relação com a alteridade, condição de se pensar o tempo, e suas mudanças e permanências. O mundo urbano, nesse cenário, é entendido como sistemas de linguagem sobrepostos, cada qual em sua radical historicidade. A experiência, portanto, não se resume ao “agora”, mas manifesta um palimpsesto de temporalidades.

Figura 30: Esquema elaborado por Michel de Certeau.



Fonte: CERTEAU, 1998, p. 158 *apud* QUADROS, 2022.

O caminhante tem como principal objetivo fabricar lugares, criando uma ordenação estável onde se possa coexistir. Os relatos e práticas podem, com isso, transformar de forma dinâmica espaços em lugares ou lugares em espaços, a partir das relações significativas que se estabelecem e das combinatórias que se articulam pelas necessidades de quem passa e vive aquele ambiente.

Um lugar, então, se define pelas suas “invisíveis identidades”, sendo o resumo de uma série de deslocamentos e de efeitos entre os seus componentes físicos e o nível de assimilação dada pelos usuários. São as lembranças que ligam um indivíduo a um espaço, e suas histórias são construídas e renovadas ao longo do tempo. Sendo assim, nota-se a subjetividade como articuladora da habitabilidade. Um espaço só “existe” quando experienciado, exercendo sua função social e urbanística à medida que promove, levando em consideração as suas lembranças, uma vivência cotidiana.

A memória percorre, atravessa, sem pertencer a um tempo determinado, mas sendo construída no momento. O tempo atua como um fator que possibilita passagens a partir de readaptações, aquisições e reelaborações. É a forma com que se trata e altera um espaço que faz emergir a sua memória. O antigo, então, se atualiza no momento presente para ser convite, para somar e reunir, para se incluir no que há de novo.

Sobre o tema do antigo-novo, principalmente em seu aspecto de intervenções em centros históricos, a obra *Construir en lo construido* (1992), do teórico Francisco de Gracia, apresenta um entendimento sobre a arquitetura da cidade enquanto obra de arte, cujo significado se transforma no tempo.

No livro, a crítica se dá tanto à visão modernista da cidade como a visão de “modas visuais” e de experimentalismos. A análise se refere à arquitetura no contexto da globalização, defendendo um crescimento controlado que tome como base aspectos qualitativos, espirituais e culturais, consolidando metodologicamente o que denomina “padrões ou técnicas de relação contextual” para intervir no construído.

Com isso, as intervenções em pré-existências se definem como uma maneira de inserir uma forma em lugar que já possui forma, de modo que esta ação traga modificações significativas para o ambiente. Tais atitudes tendem a renovar os centros históricos em que os espaços se inserem, propondo novas relações e fortalecendo as já existentes, articulando o antigo e o novo em um jogo de equilíbrio.

De acordo com o autor, a arquitetura moderna, muitas vezes, é impossibilitada de dar continuidade às formas da história, uma vez que assume como posicionamento a ideia da abstração, apresentada como algo renovador do ponto de vista intelectual e ideológico. Sua tentativa de trazer “singularidade” ao projeto resulta em

uma concepção anti-tipológica que traz um confronto entre a “ordem contextual” e uma “ordem do particular”, que se proclama em sua realidade autônoma.

Assim, para que se haja uma intervenção bem sucedida em uma forma existente, é necessário que seja desenvolvida uma análise complexa e detalhada. O prático precisa prevalecer sobre o teórico, auxiliando o projetista a intervir não apenas com base em teorias, mas indo além delas, compreendendo a realidade de cada situação.

A carência de teoria e método, própria do experimentalismo contemporâneo, conduziu a um novo maneirismo que busca soluções isoladas, de modo intuitivo – não individualizadas segundo o lugar como condição imprescindível. (...). Os arquitetos, como agentes fundamentais do processo de gestão formal, têm reunido em sua formação dados heteróclitos de uma experiência aleatória influenciada por modismos visuais. Nada disso favorece a precisão na consecução de formas capazes de satisfazer uma dupla condição de serem ao mesmo tempo particulares e objetivas. (DE GRACIA, 1992 apud ZONNO, 2018, p. 8)

De Gracia, em sua crítica às vanguardas anti-historicistas e modernistas do início do século XX, afirma que o patrimônio cultural foi colocado em risco por estes movimentos, de modo a deixar a nova geração de arquitetos com dúvidas se é mais prudente “embalsamar as obras do passado ou revisitá-las de forma crítica” (CASTAGNA, 2018), transformando-as em parte pertencente ao cotidiano das sociedades. Ainda que prefira que as intervenções sejam feitas tomando como base a segunda opção, critica as

crescentes ações de alteração da forma anterior sem que haja um propósito crítico. Os profissionais de arquitetura, tomados por isso, tendem a modificar os lugares em vez de melhorá-los, sem levar em consideração que a “melhora” não necessariamente acompanha a modificação.

Em seu processo metodológico de análise, o autor sugere a adoção de um critério racional como condição fundamental ao projeto. Essa seria, então, uma das formas de garantir a sua qualidade, já que alterar um edifício, segundo ele, pressupõe também modificar o seu *genius loci*, e o resultado dessa modificação pode não ser tangível. O aspecto técnico, dentro disso, se comportaria como uma espécie de garantia de qualidade formal.

Tal potencialidade de modificação é dividida por De Gracia em três etapas: **os níveis de intervenção, os padrões de atuação e as atitudes frente ao contexto**. De acordo com Castagna (2018), o objetivo do autor, ao definir essa metodologia analítica, é, através de exemplos, demonstrar que existem alguns padrões que se repetem e que podem abranger e inserir novos projetos, construindo uma “teoria geral da modificação”, que não se apresenta enquanto um tratado, mas se torna um auxílio, por modelos práticos, ao projetista.

Na etapa que se refere aos **níveis de intervenção**, as modificações se agrupam de acordo com a sua escala de abrangência. Para que seja possível intervir de uma forma consciente e

respeitosa na dinâmica da cidade, é necessário que o profissional consiga reconhecer os limites da sua atuação, assim como a área afetada pela intervenção em todas as suas características, restrições e permissões. Sendo assim, os três níveis sugeridos pelo autor (descritos mais à frente) se referem à modificação circunscrita, a modificação do locus e o padrão de conformação urbana (CASTAGNA, 2018). A escolha por um ou outro nível é realizada pelo profissional, tomando como base a dimensão crítica e transformadora da intervenção.

Os **padrões de atuação** consistem no princípio de que as modificações dentro da cidade não são estabelecidas apenas pela sucessão temporal e por ações improvisadas, mas que cada edifício se apresenta enquanto um importante elemento dentro do contexto urbano em que se insere. Dessa forma, assim como é possível discutir e elencar níveis de alteração, se torna também viável conduzir uma forma de processo evolutivo a partir de uma metodologia planejada. Nesse cenário, os padrões de atuação se definem, então, como esquemas técnicos de contextualização de uma intervenção, inserido no seu contexto e nos seus elementos de conexão. Esse conceito não objetiva limitar processos de intervenção a um só padrão, mas demonstrar que há uma forma de reconhecer frequências que podem ser utilizadas como referência. Em sua produção, o autor lista cinco padrões: conformação do tecido urbano, oclusão do espaço urbano, continuidade de imagem, recriação de formas tipológicas e colisão de estruturas

formais.

Com base na definição desses padrões, o autor entende uma ampliação de **possibilidades de atitudes** tomando como base o contexto pré-estabelecido. Em um momento inicial, de acordo com De Gracia, três atitudes principais se destacavam: a ruptura descontextualizada da arquitetura moderna com os edifícios históricos; a proposição de uma arquitetura que se manifestava historicista, trazendo significados nostálgicos, mas utilizando-se de falsos históricos; e a produção de uma arquitetura que, a partir do seu desenho, chegaria a superar a “suposta impossibilidade de integração sem renunciar sua condição extemporânea” (CASTAGNA, 2018).

É com base nesta última atitude que se abre um caminho para que o contexto seja considerado e relacionado. Dessa forma, aparecem derivações de projeto que permitem olhar para as atitudes de uma maneira mais aberta e ampliada, conseguindo, a partir disso, uma riqueza de relações a partir da sobreposição de significados.

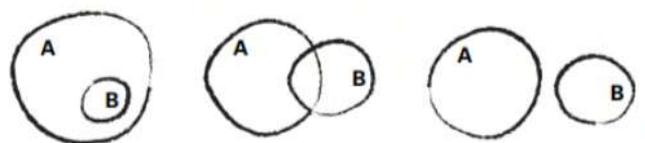
De acordo com De Gracia, o ato de intervir em arquiteturas pré-existentes se realiza de duas formas: ou se atua de forma cirúrgica em uma edificação, ou se promove a sua conservação total. A sua proposição, então, se dá no entendimento de que, através da padronização de estratégias de intervenção, se torna possível atuar de forma consciente, objetivando o diálogo entre arquiteturas antigas, atuais e futuras, criando ou não vínculos entre si.

Intervir, nesse prisma, se torna um eficiente meio de salvaguardar o patrimônio, ao mesmo tempo em que proporciona a sua reinserção no processo evolutivo da cidade.

Dessa forma, existe uma necessidade de se reconhecer que, no âmbito teórico do patrimônio, as técnicas de intervenção resultam em um lugar conceitual a partir do qual a experiência pessoal se organiza como memória e como projeto de futuro. Passado, presente e futuro representam, nesse sentido, formas de existência do pensamento projetual que se unem pela técnica utilizada nos processos de intervenção, que devem ser feitas de modo a alcançar um grau de equilíbrio e de relação entre tempos.

Ao promover uma reflexão sobre a forma de estabelecer uma dialética entre a nova arquitetura e a cidade construída, o autor toma como base o Restauro Crítico de Brandi, enunciando princípios fundamentais que estabelecem uma relação entre o existente e o novo. Assim, as intervenções se pautam em um dos três princípios estabelecidos por ele: inclusão, intersecção ou exclusão.

Figura 31: Esquema das relações de inclusão, intersecção e exclusão, respectivamente.



Fonte: DE GRACIA In CASTAGNA, 2018.

A **inclusão** se pauta na completa absorção da intervenção (B) pela edificação original (A); já na **intersecção**, o novo elemento (B) atua como modificador dos limites do elemento já existente (A); enquanto que na **exclusão** os elementos pertencentes ao todo são tratados de forma separada.

Para ilustrar cada uma dessas situações, Castagna (2018) seleciona exemplos relevantes na arquitetura de restauro, indicando os pontos que inserem os casos em cada distinção. O ponto da **inclusão** traz como amostra a reforma realizada no Castelvecchio de Carlos Scarpa, em que a nova arquitetura atua como subsidiária da forma existente. Ainda que as parcelas do castelo que sofreram intervenção sejam perceptíveis, evitando falsos históricos, a totalidade do complexo (formado pelo castelo e a ponte) não passou por alterações significativas, de modo a permitir a expressão predominante da linguagem do pré-existente. Os usos do espaço foram alterados, permanecendo em seu interior a maior porcentagem do esforço modificador.

Figura 32: Castelvecchio reformado.



Fonte: Freepik.

Figura 33: Ponte Scaligero, no complexo de Castelvecchio.



Fonte: Freepik.

O princípio da **intersecção** acontece quando a forma nova atua como modificadora dos limites da forma que já existe. Os dois elementos atuam em conjunto, compartilhando uma porção de si próprio ao mesmo tempo que possuem diversos pontos em comum. Se caracterizam, então, como os casos em que há expansão de área, mas também reabilitação de elementos existentes. Como exemplo, tem-se a intervenção no Teatro Romano Sagunto, em Valência, em que é possível ver a reabilitação de elementos em concordância com a expansão de área. Em sua nova porção, um novo material foi utilizado, de modo a remontar à estrutura original que não mais existia. Em concordância a isso, a sua estrutura original foi reabilitada.

Figura 34: Teatro Sagunto, com uso de novos materiais escolhidos com respeito ao pré-existente.



Fonte: Wikimedia.

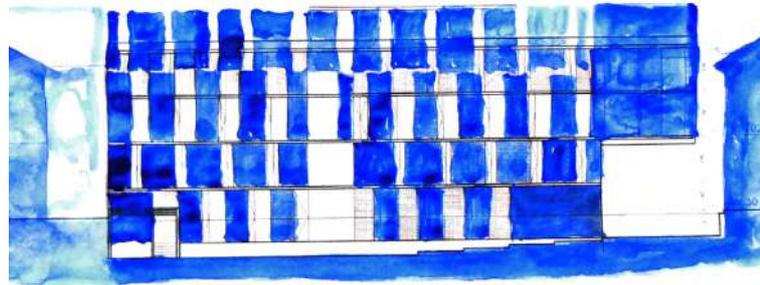
O último dos princípios fundamentados por De Gracia, o da **exclusão**, se refere à situação em que não se há elementos em comum entre o antigo e o novo, sendo dois conjuntos separados. Nessa situação, para que seja possível constituir uma forma arquitetônica de integração, é necessário um elemento que interligue as duas realidades. O diálogo, então, ocorre à distância, se conectando em um nível singelo. É o que ocorre, por exemplo, no Edifício Acadêmico da Faculdade de Artes, no Chile. A arquitetura pré-existente não é encostada pela nova edificação, que surge enquanto um complemento de área, fundamentando uma praça central. Neste caso, a intenção foi desenvolver um projeto que pudesse trazer o contraste marcante entre os prédios, sem que um falso histórico fosse cometido. Em contrapartida, a escolha pelo uso dos tijolos aparentes se apresenta como um recurso estilístico que favorece a continuidade da imagem, além de ter sido escolha dos profissionais buscar correspondências geométricas e de alinhamento para propor a nova edificação.

Figura 35: Edifício Acadêmico da Faculdade de Artes.



Fonte: ArchDaily, 2018.

Figura 36: Esquema projetual do Edifício, com continuidade dada pelo uso do tijolo aparente.



Fonte: ArchDaily, 2018.

São nesses tipos de relações formais entre a arquitetura existente e a nova que os **níveis de intervenção** se fundamentam. De acordo com o autor, os primeiros passos para uma modificação se marcam pelas simples operações de restauro. Porém, entende-se que as intervenções podem se escalar, indo além do arquitetônico e influenciando, inclusive, no desenho urbano. Assim, De Gracia divide os níveis de intervenção em três categorias: a modificação circunscrita, a modificação do locus e o padrão de conformação urbana.

No grau de **modificação circunscrita**, o edifício existente é entendido como uma realidade individual. As operações realizadas se limitam ao espaço volumétrico da própria arquitetura pré-existente. Sendo assim, a intervenção se dá à nível interno, com remodelação, ampliação moderada ou restauro, causando repercussão mínima em seu entorno. Tais ações tendem a afetar a durabilidade do edifício, assim como sua materialidade, adicionando novos significados a um ambiente já consolidado. Para que se torne eficaz, as

ações realizadas nesse tipo de intervenção precisam se pautar no diálogo com o edifício anterior, de modo a obedecer uma hierarquia que entenda o pré-existente em seu nível de importância.

Para que se compreenda a **modificação do locus**, é importante entender a sua definição. *Locus*, ou simplesmente lugar, é definido, de acordo com Norberg-Schulz, como “a concreta manifestação do habitar humano”. Se torna, então, a relação singular que existe entre uma situação local e as construções que existem nele. No grau de intervenção que modifica o locus, as transformações são feitas sobre uma estrutura aparentemente consolidada, alterando o seu *genius loci*. A operação, neste caso, é feita em uma escala superior à anterior, de modo a estabelecer novas relações, não só formais, mas também de uso com suas adjacências. Ainda que sejam maiores, não possuem alcance urbanístico pois se vinculam a um certo limite, mas são intensas a ponto de alterar o espírito do entorno imediato da edificação pré-existente. São os casos, então, de adições e ampliações, de novos edifícios autônomos criados como complemento e conectados aos existentes, contribuindo para a sua transformação e enriquecimento. De acordo com De Gracia, é preciso que, neste tipo de intervenção, se possua juízo crítico para que seja possível compreender as relações entre o lugar e a nova incorporação, de modo a reconhecer e tomar como base de projeto a estrutura do contexto.

O padrão de **conformação urbana**, por sua vez, se refere a operações que

afetam diretamente o caráter morfológico de parte de um território (DE GRACIA *apud* CASTAGNA, 2018). É uma prática que tem como objetivo consolidar tanto os cheios quanto os vazios. Esse padrão, então, se caracteriza como uma forma de regenerar áreas com indefinições formais dentro de um bairro ou cidade, modificando também, assim como o caso anterior, o locus, uma vez que a nova conformação urbana gerada por esse padrão tende a trazer mudanças na essência do lugar. O autor afirma como exemplo extremo dessa categoria o Plan Voisin de Paris, em que Le Corbusier propõe a mudança de caráter do bairro histórico, tanto através da arquitetura quanto do planejamento urbano. Nessa intervenção, o contexto histórico foi totalmente rompido e as mudanças graduais não foram consideradas. É um tipo de modificação radical que modifica o pré-existente em altos níveis.

Figura 37: Plain Voisin, em Paris.



Fonte: Business Insider.

O autor afirma, dentro disso, que toda intervenção será modificadora, e deve ter a sua validade analisada a partir de uma crítica metodológica que leve em consideração os valores atribuídos ao

passado, em concordância ao que está sendo feito no presente. A construção da cidade, então, deve ser feita de modo a buscar a continuidade, que não necessariamente se refere a algo homogêneo, mas que permita a presença de elementos que possam atuar para uma dialética reformadora, criativa e respeitosa ao contexto.

De Gracia traz uma crítica à “desculturalização” da arquitetura e uma arquitetura de “sobremodernidade”, que resulta de um afastamento da história como suporte para o pensamento crítico. Isso, somado ao fenômeno da cultura midiática e do consumo que acabou por criar imagens arquitetônicas extravagantes que se distanciam da construção urbana integrada, tende a trazer para a arquitetura uma renúncia de construir a cidade enquanto obra de arte, acentuando sua ideia de identidade formal autônoma.

A ideia de singularidade ou particularidade do objeto prevaleceu sobre qualquer ação integradora. Se impôs a colisão formal frente à congruência, já que esta implica em maior esforço na gestão do projeto, assim como assumir o existente e criar amálgamas, o que supõe um conhecimento implícito do passado, algo que modernos e ultramodernos dificilmente podem aceitar. (DE GRACIA apud ZONNO, 2018, p. 5)

Para o autor, o maior perigo não é o novo que surge, mas o antigo que desaparece para que o novo “faça eco”. Sendo assim, por maior que seja o apreço que se tenha pela cidade tradicional, os centros históricos acabam por se submeter, inevitavelmente, a

processos de obsolescência que geram uma necessidade de renovação a partir de uma abordagem metodológica e técnica. A questão então, seria o como criar, e quais são os “limites” dessa intervenção, visto que, na contemporaneidade, existem diversos modos de pensar o processo projetual e de se visualizar uma paisagem.

Diante disso, é possível entender a necessidade de ultrapassar a dicotomia “permanência” e “produção”, para que seja possível reconhecer as possibilidades da arquitetura de uma forma mais transitiva, considerando os debates sobre os limites entre o moderno e o contemporâneo e sobre os modos que a memória participa do processo imaginativo de criação arquitetônica, em uma visão em que a cultura arquitetônica se torna campo fértil para que cada artista produza a arte de acordo com a sua visão, indo além de metodologias tipológicas, utilizando a sua criatividade e o seu conhecimento para criar ambientes (ZONNO, 2018).

Entender o lugar enquanto ambiente de permanência e produção é refletir sobre o antigo-novo enquanto modalidade criativa que consiga reunir o passado e o futuro em seu aspecto efêmero, sendo fundamentais à uma visão de cultura no presente. A crítica, então, não é ao uso da tecnologia contemporânea ou das novas formas expressivas como instrumento de criação, mas a possibilidade do reconhecimento da nova arquitetura como uma adição que resume, a um só tempo, uma ação de preservação do passado, e a criação do

patrimônio do futuro. Nesse cenário, a pré-existência é considerada em uma paisagem urbana em que o novo se insere considerando e reconhecendo os seus significados presentes e projetando novos valores. A memória e a inovação devem andar juntas nesse processo, em que as possibilidades inventivas são múltiplas.

A sua contribuição, então, se dá à respeito do contextual, especialmente no que se refere ao desejo de valorizar o pré-existente e a paisagem como uma espécie de “amalgama”, em que o novo e o antigo guardam uma relação morfológica com o todo. Os seus pensamentos revelam a ideia de *genius loci*, a partir do reconhecimento de que toda intervenção implica em transformações não só no lugar, mas nos seus significados. A arquitetura, então, é vista como modificação, que permite a reinvenção de um lugar a partir da “poética” de da “liberdade” que o artista tem, indo além de procedimentos formais e de desenho.

É com base nas ideias descritas por De Certeau e De Gracia que o presente trabalho se pauta, tomando como base o entendimento da memória como fundamento dos processos de intervenção em pré-existências. A partir dos próximos capítulos, será realizada uma apresentação sobre os objetos de estudo: O Mercado de Farinha e a Estação Ferroviária, de modo a categorizar as intervenções realizadas nesses ambientes, incluindo reformas e mudanças que fazem parte da sua história, bem como a relação que esses ambientes estabelecem com o seu

entorno. A partir disso, as modificações mais relevantes serão pontuadas, sendo realizada uma análise da sua relação com a questão da memória, descrita por De Certeau, e com os princípios e níveis de intervenção listados por De Gracia.

Entre o passado e o presente: do abandono à recriação

capítulo

05

5.1

A história das edificações

“Vem gente até de Recife
Prás novena de Vitória
Prá comer rolinha assada
Ribançã frita na hora
As ruas fica intupida
De gente que vem de
fora
São nove dias de festa
Quando acaba a gente
chora”.

GONZAGA, Luiz.
Vitória de Santo Antão.

Por volta dos anos 20 do século XVII, iniciava-se uma povoação na margem esquerda do Rio Tapacurá, liderada pelo português Diogo de Braga - vindo da Ilha de Santo Antão do Cabo Verde - onde, posteriormente, iria se constituir a povoação de Santo Antão da Mata. O processo de formação do município seguiu a “regra” geral de formação natural de diversos municípios brasileiros, possuindo a casa e a igreja

como primeiros elementos. O pequeno povoado, inicialmente, ficou conhecido como “Cidade de Braga”, e, à medida que foi crescendo, seu nome foi sendo gradativamente esquecido, passando a se chamar freguesia de Santo Antão da Mata.



Figura 39: Vista panorâmica da cidade da Vitória na segunda década do século XIX, produzida pelo suíço Luís Schlappriz. | **Fonte:** Aragão, 1977.

Se localizando entre as rotas do Rio Capibaribe e São Francisco, a povoação originária da cidade desenvolveu uma centralidade estratégica, sendo ponto de parada e descanso para tropeiros que vinham do sertão conduzindo boiadas para as feiras semanais de gado na capital da Província, além de atrair, com isso, moradores de regiões circunvizinhas. Tal movimento e convergência de pessoas contribuíram, dessa forma, para o crescimento da freguesia entre fins do século XVII e início do século XVIII, desenvolvendo trocas comerciais e a produção agropecuária, facilitada pelas condições naturais do clima e do solo. Pôde-se perceber, também, que alguns desses tropeiros firmaram moradia na região, iniciando povoações na localidade (ANDRADE, 2020).

Além disso, devido à expansão populacional, o consumo interno foi intensificado, alargando a ocupação da feira livre, que foi alimentada pela produção local. A pecuária, dentro disso, também teve notoriedade, mesmo que em menor destaque, uma vez que participava do processo agrícola através de equipamentos rudimentares e do transporte dos produtos até a feira livre.

A povoação se desenvolve e se eleva à categoria de vila em 1812, sendo denominada Vitória de Santo Antão, alcançando a condição de cidade em 1843. Aragão (1983) afirma que a extensão do povoamento se estendeu para o lado oeste, atravessando uma depressão em que se encontrava o Riacho do Roncador e uma pequena lagoa, em que suas margens ocorriam as feiras livres locais, que, por consequência, começaram a atrair casas comerciais, fazendo-se necessário o aterramento da área para que fosse possível construir os edifícios. Desse modo, foi formado um espaço central, rodeado por casas comerciais e por pessoas advindas de diversas localidades, sendo compradores e vendedores de vários gêneros, sendo conhecido, então, como o “pátio da feira”.

Pela situação central, equidistante das ribeiras do centro-oeste da capitania, no roteiro do Capibaribe ao São Francisco, tornou-se a povoação de Santo Antão da Mata ponto natural de convergência dos moradores da região circunvizinha e dos tropeiros sertanejos que conduziam boiadas para as feiras semanais de gado, nas quais se abasteciam, donde o seu notável desenvolvimento no século XIX. (ARAGÃO, 1983, p. 32)

É nesse ambiente de comercialização ao ar livre que são negociados produtos agrícolas cultivados na zona rural da cidade. Pela proximidade com a capital da província, Recife, tal produção estabelecida na freguesia de Santo Antão passou a ser escoada para essa localidade, utilizando como rota o “caminho do Ipojuca”, estrada que ligava o Recife ao sertão do São Francisco. Essa rota, ao receber melhorias, possibilitou a implantação da feira semanal de gados da freguesia de Santo Antão, trazendo um maior desenvolvimento para a localidade.

[a cidade de Vitória] tinha crescido tanto que é uma das principais da Província, e que dá esperanças de aumentar progressivamente, já pelo comércio, que entretém, já porque o local coopera muito para o seu engrandecimento. (GAMA apud ARAGÃO, 1977, p. 55)

Outro incremento para o crescimento da região antonense foi a chegada da estrada central, em 1855, desenvolvida pelo governo de Pernambuco, que conectava a então cidade da Vitória de Santo Antão ao Recife, facilitando o transporte da produção para a capital e demais regiões, sendo este serviço intensificado com a implantação da via férrea, em 1878.

Em um cenário de expansão de trocas comerciais e de crescentes investimentos, foi-se possível constatar um crescimento populacional, sobretudo na zona rural, que, com o passar do tempo, migrou para a zona urbana de forma desordenada, resultando em problemas de cunho sanitário e de ordenamento urbano. Tal situação

trouxe dificuldades à cidade, uma vez que problemas financeiros, difícil acesso à água, insalubridade das residências e escassez de saneamento básico fizeram com que diversas doenças fossem proliferadas.

Objetivando resguardar-se de mais infestações de doenças, uma vez que a cidade não apresentava boas condições de higiene, a câmara municipal optou por realizar ações de limpeza na cidade. É diante desse momento que se pleiteia a construção do açougue público, como forma de retirar, ou ao menos reduzir, do “pátio da feira”, a sujeira que resultava dessa forma de comercialização. Assim, a petição para a construção do Açougue Municipal (também conhecido como Mercado da Carne) ocorre em 1855, com vista a abrigar a feira de carnes em um ambiente salubre.

Figura 40: Mercado da Carne no dia da sua inauguração, em 1865.



Fonte: Aragão, 1983.

Figura 41: Mercado da Carne após 100 anos de inauguração, sendo reinaugurado após ajustes.



Fonte: Blog do Pilako.

Com a problemática da feira de carnes solucionada a partir da construção do Mercado, sentiu-se a necessidade de também trazer salubridade para o comércio de legumes, frutas e cereais que ocorria na feira livre semanal. As suas condições de funcionamento, ficando os alimentos expostos em lonas e bancos de madeira, geravam um forte acúmulo de lixo e de doenças, visto a proporção desse tipo de comércio na cidade. A partir de 1877, as ideias para a construção de um espaço que pudessem abrigar os gêneros alimentícios comercializados na feira começaram a ser consideradas (ANDRADE, 2020).

Em meio a petições e a construção do novo abrigo para os gêneros alimentícios, comerciantes da cidade solicitaram ao governo Imperial a mudança de rota de uma estrada de ferro que, inicialmente, conectaria Garanhuns à Águas Belas, de modo a atender os interesses econômicos do deslocamento da produção agrícola. Sendo assim, em 1878 foi apresentado ao ministério da agricultura, por parte do conselheiro Manuel Buarque de Macedo, um novo traçado para a via férrea, declarando preferência às solicitações dos comerciantes. Este novo traçado conectou Recife à cidade de Caruaru, passando por Jaboatão, Vitória, Gravatá e Bezerros.

Em 1886 o trecho até Vitória de Santo Antão foi inaugurado, se tornando um elemento de grande importância na cidade, trazendo muitas expectativas e mudanças. Para além das questões econômicas, a estrada central e a via

Figura 42: Dia da inauguração da Estação Ferroviária, em 1886.



Fonte: Blog do Pilako.

Figura 43: Estação Ferroviária em 1891.



Fonte: Hermann Kummler, 1891.

Figura 44: Aerofotografia da Estação Ferroviária e Praça Leão Coroado, realizada antes de 1954.



Fonte: Blog do Pilako, 2022.

Figura 45: Panorama da Estação Ferroviária, com a cobertura central retirada.



Fonte: Blog do Pilako, 2022.

férrea facilitaram o fluxo de ideias e novos gostos chegados ao Recife, levando a outras localidades e formando uma rede de conexão, junto à cidade de Vitória (ANDRADE, 2020). Sua localização estratégica, situada próxima à Avenida Mariana Amália, entre os bairros da Matriz e Livramento, contribuiu para consolidar a região no entorno da estação como principal centro comercial do município até os dias atuais, ainda que a linha férrea tenha sido desativada em 1983.

A **Estação Ferroviária**, em sua arquitetura neoclássica com traços ecléticos, provocou grande movimentação na cidade. Para a sua inauguração, ruas foram ornamentadas e a população se reuniu, à espera de observar o trem passar. A instalação desse equipamento simbolizou, de acordo com Aranha (2005), o “espetacular ato de civilização e progresso alcançado”, dando início a uma série de inovações tecnológicas que posteriormente foram introduzidas na cidade.

Com grande destaque no contexto urbano e se situando em uma área de relevância, o espaço circundante à estação se tornou ponto de encontro para comemorações sociais, sendo o “espaço citadino da sociabilidade por excelência” (ANDRADE, 2020). Tornou-se, então, um ambiente de apropriação, em que festividades se realizavam. Além disso, em seus arredores foram construídos diversos hotéis, que acolhiam os viajantes que passavam pela cidade durante o seu percurso. A Estação e seu entorno (conhecido como

Largo da Estação) se transformaram em um importante ambiente na cidade.

Figura 46: Momento de festividade no Pátio da Estação, início da década de 20.



Fonte: Acervo do Centro de Cultura e Biblioteca Escritor Osman Lins.

Em uma área próxima à Estação Ferroviária, como resultado da solicitação de comerciantes preocupados com o estado de comercialização dos gêneros alimentícios, nos meses finais de 1912, foi iniciada a construção de uma nova casa de Mercado, aberta ao público em 1913. No momento da sua inauguração, o **Mercado de Cereais**, como assim ficou conhecido, ainda se encontrava em preto e coberto de zinco. Em 1925, o prefeito vigente da cidade acrescenta-lhe seu frontispício, que ostenta até os dias de hoje. A conclusão desta edificação se deu no decorrer da administração de José Aragão (1942-1944), em que o mercado recebe nova coberta, novo piso, novo revestimento interno e externo em suas paredes, e portões de ferro, que perduram até os dias atuais.

Ao se inserir no contexto do pátio da feira, o Mercado assume uma posição de destaque em suas configurações físicas.

Suas características arquitetônicas contrastam com as casas de comércio à época existentes em seu entorno, trazendo em si uma horizontalidade com poucas aberturas, se elevando da rua através de uma escadaria que se volta para o pátio da feira. Em confronto a isso, vê-se a verticalidade explícita nas suas portas altas, estreitas e repetidas ao nível da calçada, promovendo um ritmo que se expressa em toda a sua fachada. Adornos, frisos e frontão também caracterizam a edificação, que passou não só a abrigar a feira livre, mas também se tornou fonte de rentáveis lucros municipais, a partir da arrecadação de impostos dos feirantes.

No ano de 1978, o poder público municipal alugou, por uma quantia irrisória, o prédio desse mercado a uma firma particular, que utilizou-se do seu espaço para implantar um estabelecimento comercial de gêneros alimentícios. Sendo assim, dois portões laterais foram abertos, de modo a facilitar o acesso dos clientes à loja, surgindo, a partir disso, a primeira

Figuras 47 e 48: Mercado de Cereais, 1942.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão.

Figura 49: Pátio da Duque de Caxias, entorno do pátio da feira, onde se localiza o Mercado de Cereais (ano não identificado).



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão.

descaracterização do edifício (SANTOS, 2009).

Figura 50: Panorama da parte externa do Mercado de Cereais, em atividade. 1940.



Fonte: André Fontes.

Em contrapartida a essa atitude, vendedores ambulantes foram surgindo ao redor do prédio, principalmente em frente ao estabelecimento. Neste ambiente, a feira foi aumentando de modo que os feirantes, que antes montavam e desmontavam as suas barracas nos dias de feira, se viram na necessidade de melhorar e fixar a sua estrutura. É nesse momento que se inicia construções em alvenaria na feira, sendo presentes até os dias atuais.

Em 1984, o então prefeito da cidade Elias Lira decide por não renovar o contrato de locação com a rede de supermercados, o que propiciou a realização de uma reforma no Mercado, a fim de abrigar novamente os feirantes que agora se inseriam nas praças circundantes ao prédio, dividindo-o em 98 boxes que foram doados através de sorteios. Percebe-se, porém, que esse plano foi frustrado ao passar dos anos, uma vez que o movimento de vendas entra em decadência e os feirantes

começam a retornar para o lado de fora, alegando que o movimento na parte externa é maior. Assim, a aglomeração estabelecida novamente em frente ao Mercado acabava por inibir o acesso do cliente para dentro do prédio, já que as mercadorias do lado de fora eram mais acessíveis.

Figura 51: Vista do Mercado de Cereais em ano não registrado. É possível perceber, nesse momento, o início do processo de consolidação das construções em alvenaria no ambiente externo do Mercado.



Fonte: André Fontes.

Desse modo, é possível perceber que o processo de consolidação e crescimento da cidade se desenvolveu tendo o comércio como base. Os elementos modernizantes inseridos na cidade, sobretudo a linha e estação férrea e os mercados públicos, trouxeram para o ambiente urbano e para os habitantes uma nova forma de vender, comprar, se mover e se relacionar. São instalações de grande notoriedade e importância, que acompanham e dão suporte à modernização e aos avanços percebidos no município, revelando um cenário de progresso e de apropriação, não apenas econômico, mas social.

O contexto urbano



Pátio da feira
(ocupado pelo
comércio informal)

Mercado
de Cereais

Comércio
informal

Área
comercial

Eixo comercial
Rua Barão da Escada

Eixo comercial
Avenida Mariana Amália

Área
comercial

Praça Leão
Coroado

Estação
Ferroviária

Colégio
Municipal Três
de Agosto

Praça Três
de Agosto

Área por onde passava a
linha do trem, ocupada por
comércio informal



5.2

A situação atual

5.2.1 A Estação Ferroviária

A inauguração da “estrada de ferro”, como assim foi chamada, que conectou a cidade de Vitória de Santo Antão ao Recife, ainda na segunda metade do século XIX, configurou-se como um dos eventos mais transformadores dos quase 4 séculos da história da cidade (PILAKO, 2022). O trem, à época, era uma espécie de simbologia do próprio progresso.

Para além das festividades do seu evento inaugural e das comemorações que aconteciam em seu entorno, tal empreendimento trouxe para a sociedade uma série de mudanças e avanços. No comércio, por exemplo, a partir da facilitação do deslocamento de pessoas e mercadorias, foi possível perceber um significativo crescimento e desenvolvimento econômico.

No quesito “memória afetiva”, com mais efervescência nos antonenses que já dobraram a esquina dos “50 anos”, é alutar recordar, com certo saudosismo, das intermináveis viagens ao Recife (PILAKO, 2021).

Figura 53: Perspectiva da Estação Ferroviária da Vitória e seu entorno.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

É ao final de setembro de 1981 que inicia o seu “processo de desativação”. Em um cenário em que se eram solicitados mais trens - devido à lotação excessiva que resultava do baixo preço das passagens (comparado ao preço das passagens dos ônibus) - novos horários foram anunciados: a partir do dia 24 daquele mês, os trens de subúrbio entre Recife e Vitória de Santo Antão seriam concedidos para a execução de serviços da via permanente. Este seria, então, o primeiro passo para o “fim definitivo” desse meio de transporte na cidade. Além disso, o processo de sucateamento das ferrovias, que atingiu toda a malha ferroviária do território nacional, também atingiu esse trecho do percurso.

Figuras 54 e 55: Ambientes pelos quais passavam o trem, hoje em estado de abandono.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

Ao longo de vários anos o trem foi considerado como um meio de deslocamento de grande importância dentro do contexto citadino. Porém, tal cenário foi modificado a partir de uma política nacional de priorização do sistema do transporte rodoviário em detrimento do transporte ferroviário, fazendo com que o trem encerrasse suas atividades, e a Estação começasse a entrar em um processo de decadência. Além disso, por descuido e inatividade, a malha ferroviária que cruzava a cidade foi danificada, dificultando as possibilidades de reabilitação desta.

Em 31 de maio de 2007, a partir da Lei nº 11.483, ficou atribuído ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural advindos da estação ferroviária da cidade (denominada como Rede Ferroviária Federal SA - RFFSA), bem como zelar pela sua guarda e manutenção. O patrimônio, então, envolve bens móveis e imóveis, incluindo desde a estação, armazéns e trechos de linha, até material rodante, como locomotivas e vagões.

A partir de um relatório apresentado pelo IPHAN em 2010, é possível constatar que o conjunto ferroviário da cidade é composto por estação, armazém, pátio, caixa d'água, sanitários, alojamentos, garagens de troller, giratória, viaduto e ponte-gaiola. Se localizando entre as praças Leão Coroado e 03 de agosto (importantes praças na cidade), seu contexto apresenta uma zona urbana bastante adensada com usos mistos, residenciais e comerciais. A posição dos seus imóveis é feita ao longo dos trilhos, obedecendo uma ordem:

Em primeiro plano tem-se a estação e o armazém posicionados um de frente para o outro, seguidos da caixa d'água, sanitários e garagem todos localizados lado a lado, no mesmo alinhamento da estação. Do lado oposto dos trilhos, ou seja, no mesmo alinhamento do armazém, está a garagem de troller, o alojamento, o girador e a casa do agente, mais recuada (GIESBRECHT, 2022).

Figuras 56 e 57: Situação da Estação e do Armazém do Conjunto Ferroviário em 2020, antes do projeto de restauro.



A Estação Ferroviária



Área Comercial

Praça Leão Coroado

Rua Ambrósio Machado

Estação Ferroviária

Área ocupada por comércio informal

Rua Primitivo de Miranda

Praça Três de Agosto

Área Comercial



Sendo assim, essa grande esplanada se encontra totalmente inserida em um contexto bastante consolidado, que resulta de uma cidade que se expandiu e que, ainda hoje, exerce pressão sobre o conjunto ferroviário, o que compromete, dessa forma, a sua integridade e identidade. Devido a isso, o conjunto, por bastante tempo, se encontrava em estado precário de conservação. A garagem de troller e o alojamento se encontram atualmente ocupados por uma oficina e um bar, respectivamente. Suas volumetrias foram bastante modificadas e descaracterizadas através do acréscimo de anexos, sendo ainda possível encontrar vestígios dos traços originais. A caixa d'água, com base maciça em alvenaria e tanque de armazenamento de água em ferro fundido, assim como o sanitário de planta quadrada e telhado de quatro águas, estão ocupados com uso desconhecido, além de estarem cercados com gradis de madeira. O girador, por sua vez, se encontra atualmente cercado de vegetação invasora, servindo atualmente como depósito de lixo. Além disso, acima de seus trilhos e em meio à sua passagem, várias construções irregulares foram construídas, sendo possível perceber um processo de invasão bastante consolidado em seu território.

Em relação aos seus usos, a Estação e seus galpões ficaram inutilizados por um bom tempo desde que sua desativação ocorreu. Tal situação foi modificada a partir do momento em que, nesse local, foi abrigada uma Companhia de Teatro, que se utilizou do espaço para a realização das suas atividades. Após

esse momento, o prédio da Estação também se tornou sede da Associação do Carnaval Tradicional Vitorienense (ACTV), o que posteriormente foi modificado, sendo esta realocada para outra localidade.

Até o ano de 2010, a estação em si se apresentava em um bom estado de preservação. Já o seu pátio, no entorno, refletia o contrário. O girador de locomotivas se encontrava (e se encontra até hoje) soterrado embaixo da feira que foi inserida no pátio da estação. Neste momento, o prédio principal funcionava como sede da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo da cidade; enquanto o armazém se tornou sede da Associação de Bombeiros Cíveis de Vitória, usos que perduram até os dias atuais.

Figura 58: Prédio da Estação.



Passando por diversos usos durante a sua vida útil, a estação, em seu aspecto físico, acabou passando por dificuldades, entrando em um processo de degradação. Por essa razão, em 2021, a estação se encontrava fechada para reforma, visto a sua necessidade de melhorias e a exigência do IPHAN quanto a isso. Tanto os prédios da estação quanto o seu conjunto férreo se encontravam em um estado crítico, motivado principalmente pelas invasões que ocorreram em seu entorno, fazendo com que a linha do trem se perdesse em meio a bancos de feira e construções de residências e estabelecimentos comerciais. A tentativa, então, foi não só de restaurar os galpões que antes abrigavam a estação ferroviária, mas também tentar recuperar ao máximo o que se foi perdido ao decorrer do tempo, de modo a resgatar as memórias que existem sobre esse local, e a valorizar, de forma eficiente, esse patrimônio.

Neste mesmo ano, enquanto a reforma acontecia, a estação recebeu um vagão de trem para compor a paisagem do pátio ferroviário da cidade, de modo a resgatar a memória do que antes acontecia nesse espaço. Recentemente, há planos da Prefeitura da Cidade de transformar o ambiente em uma espécie de Porto Digital, se tornando uma incubadora de *start-ups*.

Figura 59: Momento de instalação do vagão de trem nos trilhos.



Fonte: Prefeitura da Vitória de Santo Antão, 2021.

Figura 60: Vista da feira, existente no pátio da Estação Ferroviária.



Fonte: Masterplan Engenharia LTDA - ME.



5.2.2 O Mercado de Cereais

Localizando-se no centro de Vitória de Santo Antão, o Mercado, nos dias atuais, se encontra rodeado por edificações de uso comercial, estando próximo de uma das avenidas mais importantes da cidade, a Avenida Mariana Amália. A feira livre, que vem sendo estabelecida desde tempos antigos, contorna todos os limites do Mercado, no entanto, o movimento de feirantes mais intenso ocupa a sua fachada principal.

O Mercado de Cereais



Rua Barão da Escada

Praça Duque de Caxias

Rua Imperial

Área Comercial

Rua André Vidal de Negreiros

Pátio da Feira
(ocupado pelo
comércio informal)

Mercado de
Cereais

Comércio
informal

Área Comercial



Com um estilo eclético, o edifício se constitui por um prisma retangular, e se caracteriza pelas suas aberturas em arcos, com exceção das aberturas laterais, inseridas em momentos de reformas. É possível observar a simetria na disposição das aberturas originais, nos elementos do seu frontispício e na estrutura de sua coberta, além do predomínio do cheio sobre o vazio.

Figura 62: Mercado de Cereais e seu entorno.



Fonte: Anna Flavia, 2022.

Sua estrutura original, nos dias atuais, se encontra prejudicada. Seus alicerces são em pedra e o seu telhado possui estrutura em madeira, tendo suas telhas atuais em fibrocimento. Além disso, venezianas em madeira compõem parte da coberta, permitindo a captação de luz e ventilação; o seu piso é revestido com granilite; suas paredes foram executadas em alvenaria de tijolo cerâmico maciço dobrado, característico de sua época de construção, com seu emboço e reboco feitos a base de areia e cal, com pintura na cor amarela e adornos em branco e bege. Seus pilares internos são revestidos por azulejos na cor amarela, até 2 metros de altura.

Figuras 63, 64 e 65: Nível de degradação e obstrução do Mercado.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

Entre diversas mudanças de uso, até o ano de 2009, o Mercado possuía poucos boxes em funcionamento. Alguns comercializavam vestuários, e outros, conserto de eletrônicos. Seu uso predominante era o depósito de artigos

dos feirantes que não detinham uma estrutura em alvenaria que pudesse armazenar suas mercadorias na parte externa. A preferência dos feirantes pelo lado exterior resultou em um processo de descuido da edificação. Hoje em dia, o antigo Mercado de Cereais se encontra em processo de ruína, não possuindo nenhum uso. Compartimentos vazios, estrutura da cobertura fragilizada e obras internas inacabadas compõem o cenário de abandono no interior do mercado.

As fachadas se encontram em descaso, tanto em seus ornamentos depredados ou faltantes, quanto nas descaracterizações encontradas, advindas de reformas, como a instalação de portas de rolo e vedação dos acessos com barracas ou elementos vazados. Sua pintura está desgastada e seus ornamentos, quebrados e/ou danificados. Os usos pré-existent não mais existem, os boxes antes divididos se transformaram em um grande espaço aberto, esquecido e sem vida, inserido em um contexto de constante agitação.

Observar o estado atual do Mercado de Cereais é se deparar com uma realidade de negligência. A problemática não se desenvolve apenas na parte estrutural da edificação, mas é refletida em todo o seu entorno, por uma notável extensão. A presença de inúmeras barracas (móveis e imóveis) que circundam a edificação impedem, inclusive, a sua visualização, que se perde diante de tantas instalações definitivas que foram dispostas ao seu redor, inclusive coladas às suas paredes.

O Mercado, então, abriga em seu exterior diversas lojas de roupas, sapatos, utensílios e frigoríficos, enquanto, em seu interior, o vazio se faz abrigo. Diante de um entorno de tanta vida e dinâmica diária, em pleno centro comercial da cidade, o prédio se encontra estagnado e sem função social, se apresentando como um resquício isolado de um passado que já foi de grande importância e aproveitamento para a cidade.

Figura 66: Situação do Mercado de Cereais em 2014.



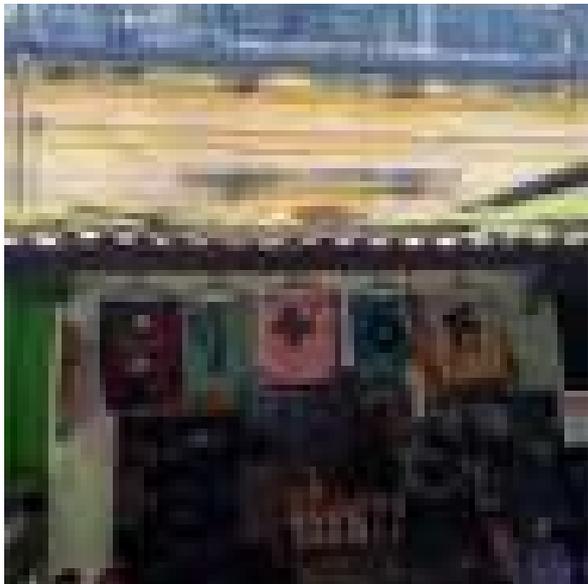
Fonte: Nossa Vitória PE, 2014.

Figura 67: Situação do Mercado de Cereais em 2023.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

Figuras 68 a 73: Antigos acessos do Mercado, atualmente bloqueados.



É no entorno do Mercado de Cereais que a vida da cidade acontece, e por toda a sua imponente e relevância, se encontra em processo de tombamento pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) desde o ano de 2020. Diante do seu estado de abandono e degradação, o poder público vigente possui planos de reativação para a edificação. Um projeto de reforma está sendo estudado, com o objetivo de retomar a vida de um espaço que antes foi de grande importância para a cidade.

Identificam-se, porém, intervenções realizadas na edificação ao longo do tempo, feitas a partir não de projetos, mas da apropriação, principalmente, dos feirantes que se utilizavam desse espaço antes que ele entrasse no estado atual de degradação. A partir do seu projeto inicial e ao longo do tempo, elementos foram inseridos, retirados e reorganizados, de modo a se adequar às novas demandas e necessidades dos principais usuários do ambiente: os trabalhadores.

Na impossibilidade de acesso ao projeto de reforma atual (que ainda está em processo de realização e aprovação), a análise se desenvolve com base na apropriação humana enquanto método projetual, compreendendo, a partir dos teóricos, como tais intervenções, à seu modo, trouxeram contribuições para que se pudesse manter viva a memória dessa edificação.

A Estação



1886



2017



2012



2023

O Mercado



1942



2017



2012



2023

Posturas intervencionistas

capítulo

06

6.1

Análise das intervenções

Os casos selecionados para análise se referem a processos de intervenção em duas edificações históricas situadas no centro comercial da cidade de Vitória de Santo Antão - PE. Nessa perspectiva, a transformação se dá não só na apreensão e retenção dos dados da pré-existência, mas sobretudo na reordenação e reinterpretação destes.

Os prédios do conjunto da **Estação Ferroviária**, inaugurada em 1895, foram, durante anos, utilizados de forma diária e constante, abarcando uma grande quantidade de pessoas dia após dia. O conjunto se destaca como um sobrevivente histórico em um entorno contemporâneo de praças, lojas, escolas, residências, academias e forte comércio.

Ao passar do tempo e com sua desativação, a área que antes representava o avanço da cidade começou a se tornar retrato da obsolescência e do abandono.

Em 2020, a partir de ordens superiores do IPHAN e considerando o seu grave estado de abandono, iniciou-se o processo de reordenamento das edificações da Estação. Trazendo em sua composição original elementos da arquitetura eclética, foi percebida, devido à sua situação, a necessidade de uma intervenção que pudesse preservar os traços da sua originalidade, impedindo a sua degradação.

O Prédio da Estação Ferroviária

Assim, a empresa responsável pelo projeto realizou, no ano em questão, um processo de levantamento e uma pesquisa histórica e iconográfica, de modo a identificar o bem como forma de embasar os processos do projeto de intervenção proposto. Nesse momento, foi possível identificar e ressaltar as referências ao seu estilo eclético original, pontuando elementos como base, corpo, coroamento, simetria, colunas, entre outros.

Figura 75: Estrutura de sustentação do alpendre.



Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME, 2020.

Foi possível constatar, por meio desse estudo, que em momentos anteriores, sem que houvesse um planejamento, a edificação passou por algumas mudanças que alteraram elementos em suas fachadas, como as esquadrias, que foram, em parte, entaipadas. Além disso, algumas paredes foram inseridas para dar lugar a novos banheiros e salas. Percebe-se, porém, que as características formais da edificação, no geral, foram preservadas.

As suas fachadas apresentaram como patologia principal a umidade ascendente e descendente, o que causou o desprendimento da sua camada pictórica. Foram-se constatados, também, pontos de infiltração, causados pela falta de estanqueidade da cobertura. Além disso, o alpendre situado na

fachada nordeste estava com sua cobertura comprometida por problemas estruturais, apresentando sérios riscos de desabamento.

Figura 76: Vista da fachada sudoeste da edificação, com infiltrações e problemas na pintura.



Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME, 2020.

Figuras 77 e 78: Vista da fachada nordeste da edificação, com destaque para os problemas em seu alpendre.



Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME, 2020.

Em toda a edificação, foi constatada a presença de sujidades e crostas negras em sua platibanda, resultante da exposição às intempéries. O guarda-corpo existente no terraço, composto por perfis de ferro e madeira, apresentava pontos de oxidação e precário estado de conservação.

Figuras 79 e 80: Estrutura de ferro e corrimão de madeira do guarda-corpo presente no terraço do prédio da Estação, que se encontra acima do alpendre.



Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME, 2020.



Figura 81: Identificação dos danos nas fachadas da Estação.

Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME, 2020. Adaptado por Anna Flavia, 2023.

Internamente, a edificação passou por modificações, em que foram acrescentados materiais cerâmicos, como no galpão de expedição (Figura 82) e no antigo escritório/telégrafo, assim como nos banheiros acrescentados na edificação. O forro em laje encontrado nesses ambientes, que possivelmente abrigam um dos galpões da Estação, originalmente apresentava apenas a estrutura em madeira da cobertura. Tais ações comprometeram, então, a sua ambiência e configuração espacial original. Em contrapartida, ambientes como o galpão de pesagem, o hall de entrada e as bilheterias permaneceram com a sua conformação original, ainda que obstruídos por objetos depositados no local.

Figura 82: Ambiente que abrigava o antigo galpão de expedição.



Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME, 2020.

Figura 83: Hall de entrada da Estação, utilizado como depósito.



Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME, 2020.

Figura 84: Pavimento superior, também obstruído por se tornar depósito de materiais artísticos.



Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME, 2020.

Uma análise bem detalhada permite com que se compreenda a realidade de cada situação, auxiliando o projetista a intervir com propriedade (DE GRACIA, 1992 *apud* CASTAGNA, 2018). É com base nesse levantamento da situação e do mapeamento de danos que a intervenção se fundamenta, tomando como base quatro condutas principais que foram empregadas para o projeto de restauro das duas edificações.

A primeira delas se refere à **coberta**, por meio da remoção das partes degradadas e pela substituição e acréscimo de peças novas nas áreas lacunosas por novas peças, mantendo as que não apresentam danos (Figura 85). Seguido a isso, foca-se no **madeiramento**. A consolidação da cobertura tem como objetivo reparar peças danificadas, substituindo elementos que não exercem mais a sua função a partir da adição de novos, com a mesma leitura dos elementos da estrutura original. Com o propósito de resgatar a originalidade das edificações, é proposta a construção, demolição e desentapamento das **alvenarias** do

bem imóvel. Em relação ao seu **piso**, nos ambientes originais, optou-se por manter a aparência do que já existia no espaço, inserindo novos materiais em locais específicos. A escolha foi por uma cerâmica de acabamento fosco, com intuito, de acordo com o relatório de vistoria e de condutas realizado pela empresa responsável pelo projeto, de harmonizar com os materiais existentes. Os pisos de madeira presentes no pavimento superior devem ser conservados, enquanto as tábuas do piso que estiverem danificadas deverão ser substituídas por novas peças do mesmo material ou similar. Nessa medida, lê-se o que lá está, mas transformando em um novo espaço.

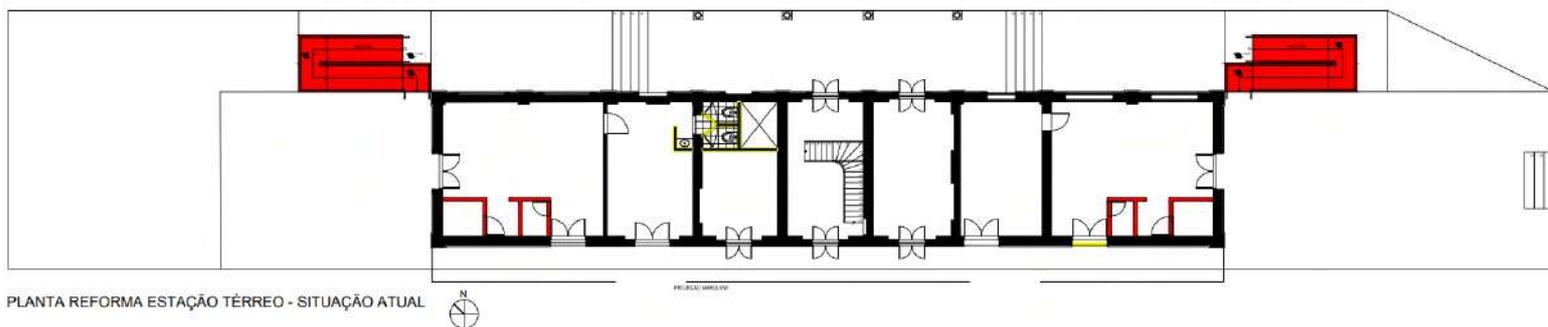
Figura 85: Lateral do prédio da Estação, com recuperação das patologias anteriormente identificadas e ênfase em sua coberta em balanço.



Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME, 2020.

Figuras 86 e 87: Plantas de reforma para a Estação.

Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME. Adaptado por Anna Flavia, 2023.



Figuras 88 e 89: Plantas propostas de layout da Estação.
Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME. Adaptado por Anna Flavia, 2023.

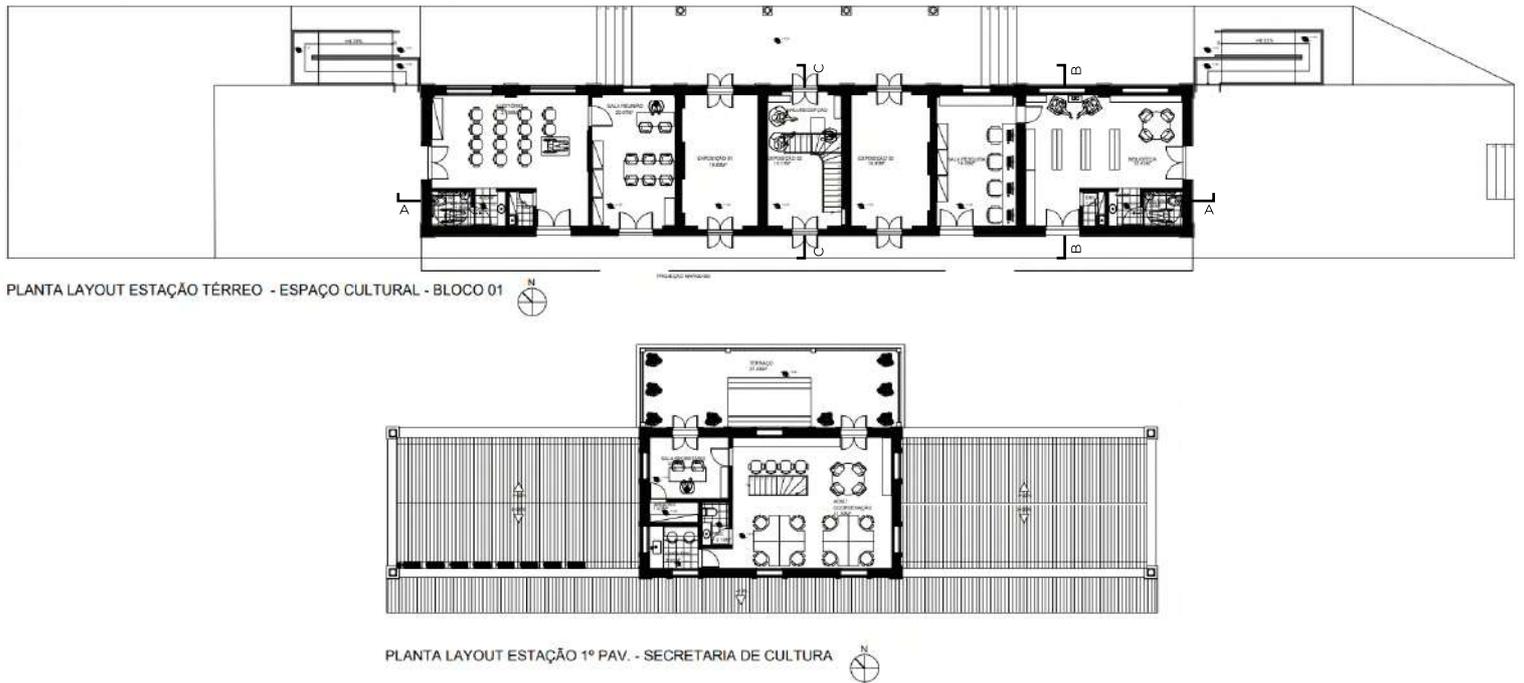


Figura 90: Cortes propostos da Estação.
Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME. Adaptado por Anna Flavia, 2023.

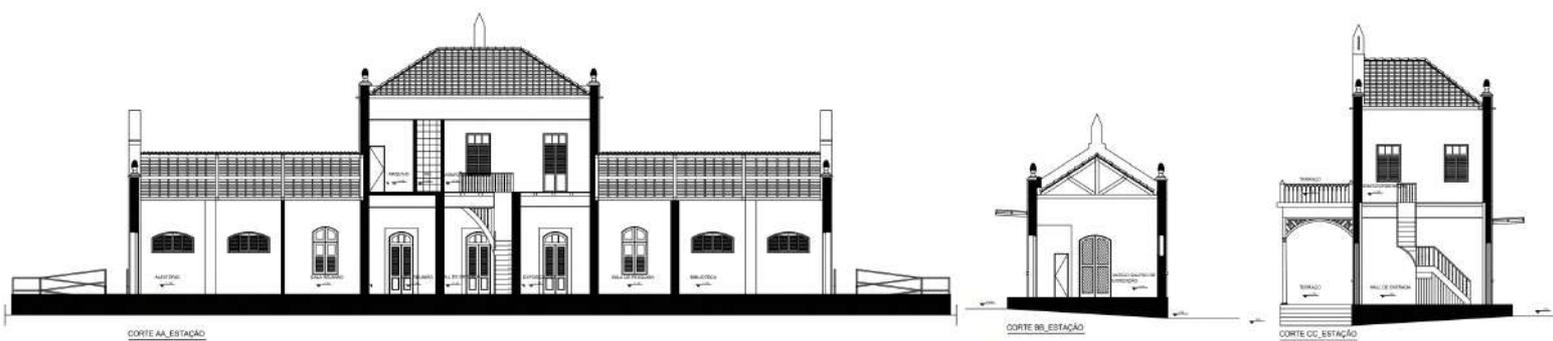
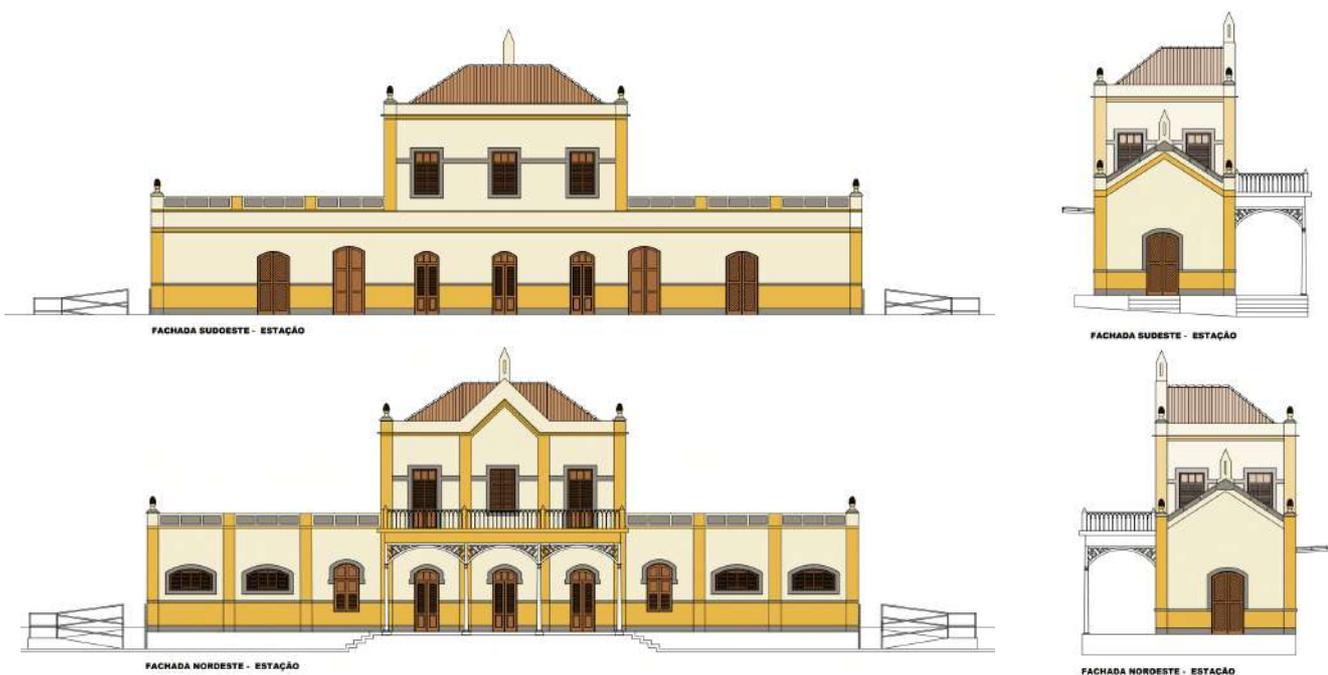


Figura 91: Fachadas propostas da Estação.
Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME. Adaptado por Anna Flavia, 2023.



É possível perceber, a partir das Plantas de Reforma, a reconfiguração dos espaços por meio da adição e remoção de paredes, além da inserção de rampas para garantir acessibilidade ao conjunto. O alpendre foi restaurado e as paredes pintadas em tons amarelados, havendo também a recuperação de esquadrias anteriormente danificadas. No prédio da Estação, banheiros foram removidos e realocados para a sua extremidade, de modo a permitir um melhor layout e circulação nos ambientes a partir da criação de espaços amplos. O seu térreo tem como objetivo abrigar um uso institucional, contando com salas de reunião, pesquisa, espaços de exposição permanentes e temporárias e biblioteca, todas com acesso externo, sem que houvesse interferência nas paredes divisórias originais com aberturas de portas, por exemplo. Em seu pavimento superior, o ambiente administrativo se instala, convivendo com o terraço que gera o alpendre que saca e se destaca na edificação.

Figuras 92 e 93: Prédio da Estação, com ênfase para o alpendre recuperado.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

O Prédio do Armazém

O prédio do Armazém, por sua vez, segue o mesmo princípio iconográfico da Estação. Nesta edificação, o número de esquadrias entaipadas é maior, assim como na fachada nordeste, que se encontra, até os dias atuais, obstruída por barracas que se instalaram em suas dependências. Em seu interior, a espacialidade foi completamente modificada a partir da inserção de divisórias, fazendo inexistir a sua ideia de galpão original. Por abrigar, nesse momento, a sede do Corpo de Bombeiros, algumas intervenções foram constatadas, como a adição de um banheiro.

Nas alvenarias da edificação foram encontradas diversas patologias, como a umidade ascendente e descendente também vista no prédio da Estação, o que resulta no desprendimento da sua camada pictórica e de reboco.

Figura 94: Barracas na fachada do Armazém.



Figura 95: Área que abrigava o Corpo de Bombeiros.



Figura 96: Identificação dos danos nas fachadas do Armazém.

Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME, 2020. Adaptado por Anna Flavia, 2023.

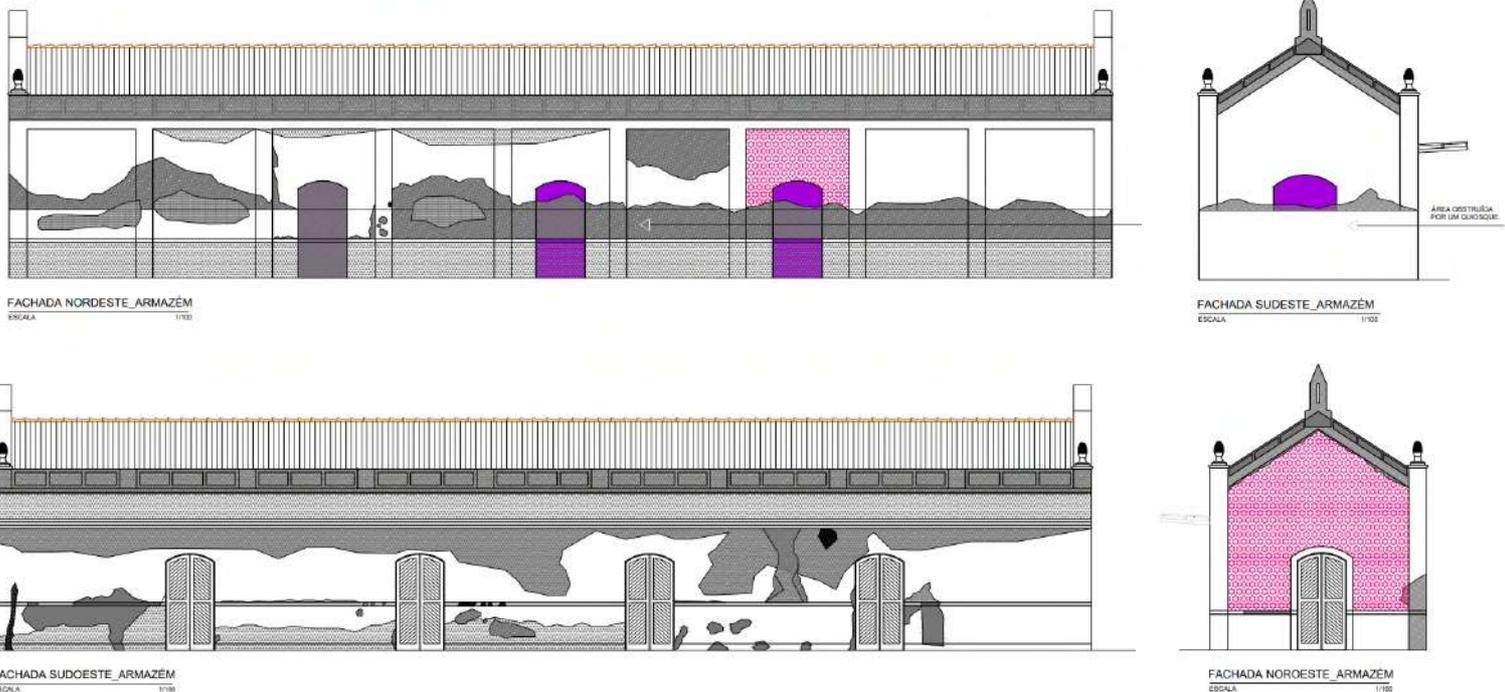


Figura 97: Planta de reforma para o Armazém.

Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME. Adaptado por Anna Flavia, 2023.

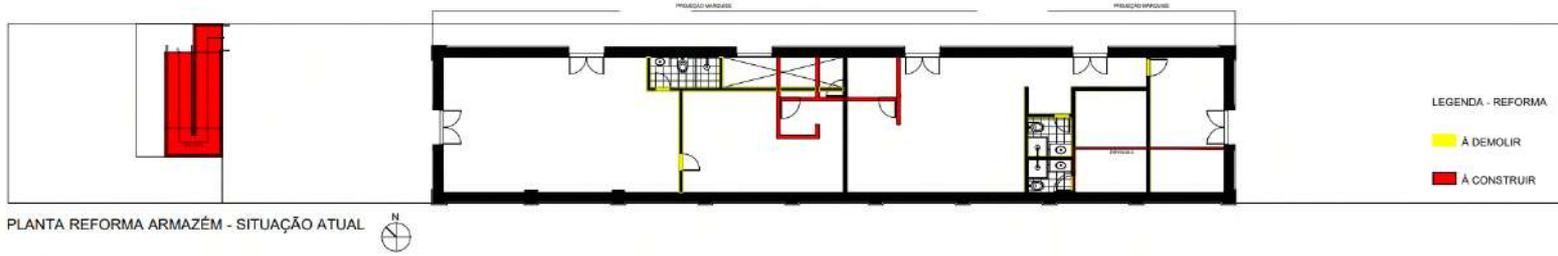


Figura 98: Planta proposta de layout do Armazém.

Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME. Adaptado por Anna Flavia, 2023.

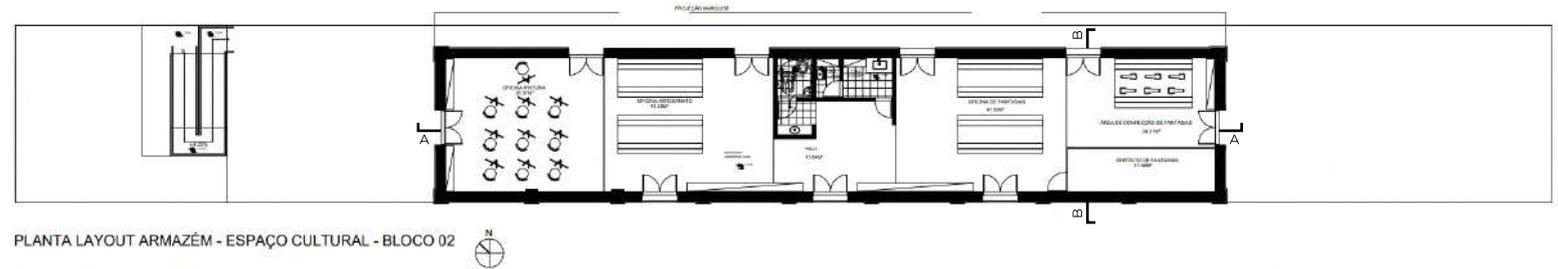


Figura 99: Cortes propostos do Armazém.

Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME. Adaptado por Anna Flavia, 2023.

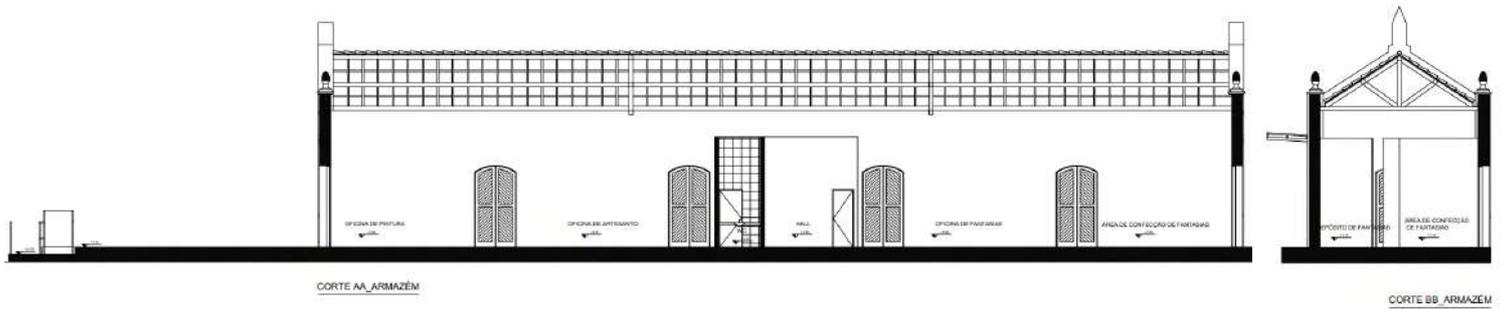
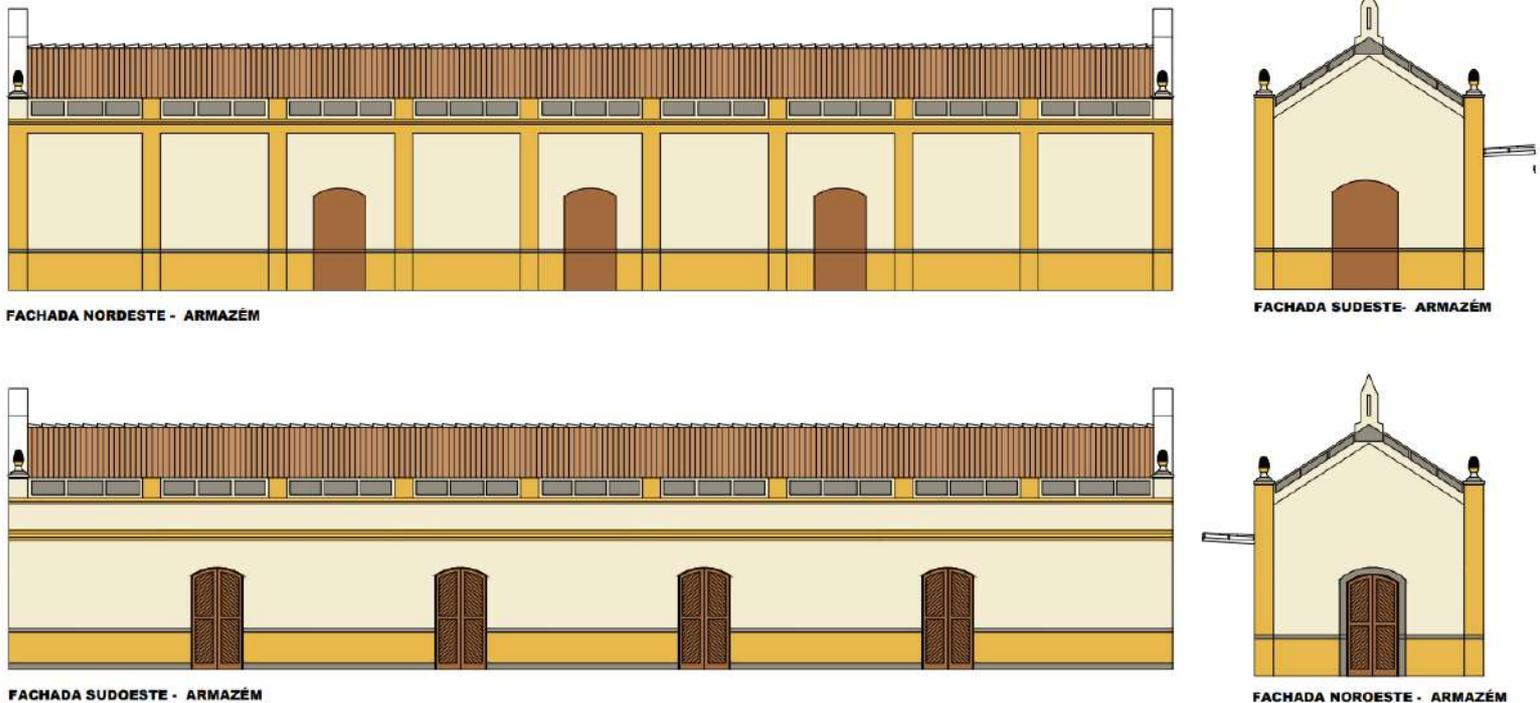


Figura 100: Fachadas propostas do Armazém.

Fonte: Masterplan Engenharia LTA - ME. Adaptado por Anna Flavia, 2023.



No prédio do Armazém, observam-se atitudes semelhantes às realizadas no prédio da Estação. Para esse fragmento, a maior preocupação se deu na correção das suas patologias. É identificada a mesma ação de inserção dos banheiros em sua extremidade, trazendo um plano livre como atitude projetual. Com isso, promove-se a flexibilização da planta como um processo de continuidade histórica. As paredes originais são preservadas, com retirada de paredes inseridas em momentos posteriores, dando lugar a ambientes com novos usos, abrigo em seu programa salas para a realização de oficinas e cursos, além de uma área de confecção e depósito de fantasias, uso anteriormente existente na edificação. Os espaços, então, tendem a ser melhor aproveitados de uma maneira vasta e funcional, tendo ampla possibilidade de adaptação, ampliando ou reduzindo os ambientes caso necessário.

Figura 101: Lateral do prédio do Armazém.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

Figura 102: Perspectiva do prédio do Armazém após restauro.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

É defendida, então, uma restituição do conjunto com base na especificidade da sua tipologia arquitetônica, considerando dois aspectos principais: a sua relação com o contexto urbano e a sua condição arquitetônica como forma representativa na cidade. Em um entorno comercial de vivência diária, o conjunto ressurgiu enquanto elemento histórico protagonista no conjunto em que se insere. A sua unidade formal é a chave de entendimento da ação de recomposição da sua estrutura, de modo a olhar para os problemas específicos que suscitaram na necessidade de sua conservação e restauro.

Figuras 103 a 105: Conjunto da Estação durante seu momento de reforma das fachadas, em 2022.



Fonte: Anna Flavia, 2022.

Externamente, os edifícios de 6,70m por 33,60m cada se revelam enquanto um conjunto único e detalhado que dialoga entre si. A sua visibilidade e domínio espacial são preservados na proposta de intervenção, ressaltando sua característica de ser um conjunto composto por duas edificações soltas, amplas e imponentes, em meio a um contexto comercial de barracas e lojas de pequenas dimensões.

Figura 106: Visão do conjunto após restauração das fachadas.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

A intervenção é pautada pela aproximação de elementos empregados em respeito ao conjunto existente, concedendo ao antigo o papel de verdadeiro protagonista da cenografia que se desenha em seu processo de restauro. As adições e subtrações são realizadas de modo a demonstrar o rigor das escolhas projetuais, definidas de acordo com critérios de necessidade e qualidade presentes na edificação.

Ao realizar um tratamento cuidadoso e pontual, principalmente na sua parte interna, os fragmentos do passado são considerados como parte presente na nova materialidade, articulando seus

elementos de forma a evidenciar momentos díspares configurados na trajetória da edificação. Os fragmentos relevantes do edifício, como suas entradas, seu alpendre e sua materialidade foram conservadas, sobrevivendo a partir de um processo de ressignificação.

O escopo da operação se baseia na reintegração e na conservação do valor expressivo da obra, fazendo renascer a riqueza da sua verdadeira forma sem que haja mudanças radicais. O processo crítico se liga ao ato criativo em uma relação dialética, em que o primeiro define as condições que o outro deve adotar como premissas próprias. Assim, existe um legado simbólico a se preservar, sendo visto no projeto a importância, de acordo com De Gracia (1992), de se criar um jogo de equilíbrio entre as relações já existentes e as que se pretende criar.

Figuras 107 e 108: Trilho por onde passava o trem.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

A escolha para os usos do conjunto revelam que o processo de restauro não se priva da evidência de uma ação presente, de modo a considerar o que lá foi encontrado, não só do ponto de vista material, mas sobretudo pela natureza da espacialidade envolvida, observando a imagem do presente enquanto norteador de atitudes. Ao propor para as edificações uma ocupação cultural, é possível perceber a influência do contexto urbano e suas necessidades. Contando com auditório, salas de exposição, salas de pesquisa, bibliotecas, salas para oficinas de pintura, artesanato e fantasias, os prédios do conjunto objetivam trazer à tona uma vivência cotidiana e uma possibilidade de apropriação pelos habitantes do entorno, o que há muito já não existia.

A ideia, então, é restaurar não apenas a estrutura física do conjunto edificado, mas a ambiência do trecho que ele se insere, em defesa de uma reintegração, além de arquitetônica, urbanística e social. Isso se enquadra na ideia de composição da prática do espaço exposta por De Certeau (1998), uma vez que tal atitude objetiva incluir a edificação na dinâmica do lugar de uma maneira ativa e constante, promovendo um espaço de habitabilidade.

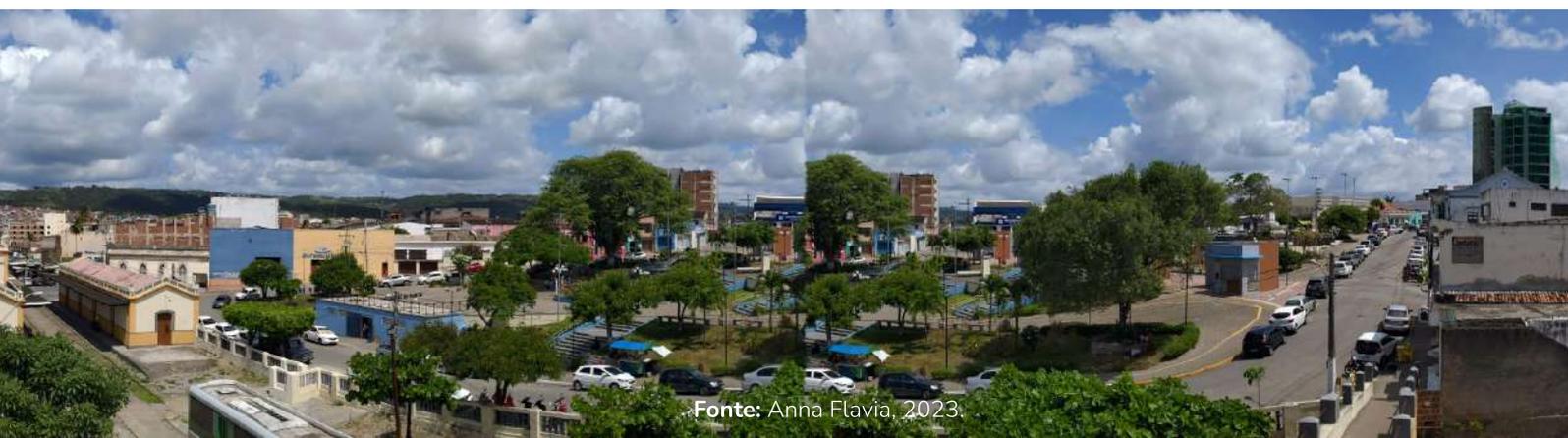
Seu entorno se torna, dentro disso, uma significativa representação de uma cidade que se situa em uma zona indefinida entre memória e desejo, resultante de uma “colagem” que reúne fragmentos urbanos, arquiteturas históricas, paisagens comerciais, grande fluxo e constantes ideias de transformação.

Figuras 109 e 110: Entorno da Estação Ferroviária, com forte presença de comércios.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

Figura 111: Visão panorâmica do entorno do conjunto.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

O passado, nesse sentido, é reimaginado diante de um lugar no qual “histórias fragmentárias e isoladas em si ocorrem como tempos empilhados, como histórias à espera, como enigmas” (CERTEAU, 1998). Sendo assim, a recuperação do conjunto edificado da Estação Ferroviária e do seu pátio se torna uma ação que toma como base a valorização da história, tendo como principal objetivo a reabilitação deste ao uso contemporâneo, integrando-os ao entorno de uma forma harmônica, de modo a valorizar a historicidade e a importância que possuem esses edifícios em seu conjunto.

Em relação à metodologia analítica definida por De Gracia (1992, apud CASTAGNA, 2018), é possível identificar que, para o projeto de revitalização da Estação Ferroviária, as possibilidades de atitudes foram realizadas com base na sua integração com o contexto, a partir de um olhar aberto e atento, fazendo alterações mediante o entendimento da importância desse conjunto construído no seu entorno. Em relação a seu princípio compositivo, a proposta pode se enquadrar na ideia da inclusão, uma vez que suas modificações expressivas acontecem no interior das edificações, existindo em completa consonância com estas. À nível de intervenção, identifica-se a modificação circunscrita. O novo, nesse caso, atua em segundo plano, dando ênfase à potencialidade do antigo enquanto guia de renovação.

Percebe-se, porém, que ainda que haja um projeto de revitalização para a área,

ele ainda não está completamente finalizado. Até o momento atual, apenas a sua parte externa foi restaurada, com recuperações realizadas também em sua cobertura. Por tal razão, a edificação, ainda que externamente consolidada, se encontra fechada, o que revela a impossibilidade de abrigar singulares vivências que poderiam ser realizadas a partir do convívio direto com esse espaço.

O seu inegável potencial, localizado em área nobre no centro da cidade, não está sendo devidamente valorizado, uma vez que sua utilização para benefício comum está inviabilizada. Isso revela um importante ponto defendido por De Gracia, quando afirma que lugares lembrados são lugares habitados. Na impossibilidade de se habitar, se apropriar e de se utilizar esse ambiente para atividades rotineiras, ele acaba por se tornar apenas mais um espaço de passagem diante de um rico e agitado contexto. Ainda que o seu restauro externo tenha trazido melhorias à sua integridade física e se apresente enquanto um avanço, ele não é suficiente se não há reintegração, vivência e sensação de pertencimento pelos habitantes, o que pode ser promovido por meio do uso.

Nota-se, então, a potencialidade do projeto de restauro realizado para a Estação Ferroviária como um importante passo para a sua reintegração à rotina da cidade. O entendimento cultural dado a este conjunto é reivindicado em sua dimensão histórica, ainda que não haja atuações bruscas em sua materialidade.

Entender as necessidades, os usos antes existentes e o contexto em que a edificação se encontra é um gesto de patrimônio que tem como premissa fazer ecoar a memória desse espaço enquanto elemento que não só existe, mas que necessita ser visto, lembrado e vivido.

O Mercado de Cereais

Às estruturas remanescentes de um antigo mercado são justapostos bancos de feira em um espaço comercial estabelecido na cidade em meados do século XVIII, proposto desde a sua fundação como um ambiente dedicado à troca de mercadorias e ponto de encontro. Em 1913, o **Mercado de Cereais** surge como um importante símbolo para a cidade, revelando um avanço econômico e social tão sonhado para o contexto urbano da época. Desde o seu surgimento, o Mercado passa por processos de intervenção que, em contrapartida à Estação, não ocorreram de forma “regularizada” a partir de um projeto de arquitetura, mas se desenvolveram por meio da apropriação dos usuários que por ali transitam e que encontraram em seu espaço um lugar de suporte.

A edificação apresenta um aspecto severo, uma sobriedade respeitável que se marca pela regularidade de suas fachadas, pelo seu aspecto maciço e por sua configuração volumétrica de profunda simetria, possuindo um

imponente corpo longitudinal, rico em detalhes e ornamentos, além de demonstrar o predomínio do cheio sobre o vazio.

Suas fachadas, atualmente, encontram-se em descaso, tanto com os ornamentos depredados ou faltantes, quanto com as descaracterizações advindas de reformas, como a instalação de portas de rolo e vedação dos acessos com barracas.

Figuras 112 e 113: Fachadas da edificação, obstruídas por barracas.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

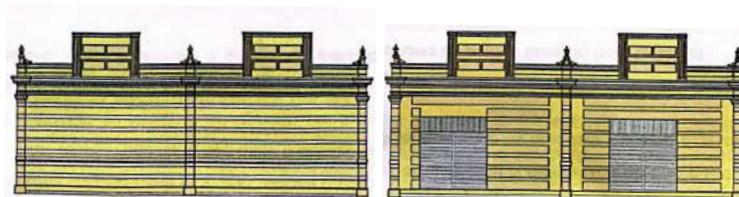
Considerando a impossibilidade de visita e acesso ao projeto de reforma que está sendo realizado para a edificação, assim como o impedimento de acessar a planta baixa original desta, analisam-se

as modificações realizadas entre os anos de 1913 (data da sua inauguração) e 2009 (momento em que se foi documentado um levantamento para estudo), até os dias atuais, sendo possível perceber a intervenção humana como norteadora de atitudes.

A sua configuração espacial, proposta primordialmente para abrigar um supermercado, foi sendo adaptada ao longo do tempo, se adequando às novas necessidades dos feirantes da feira livre da cidade que, a partir do momento que o supermercado parou de funcionar nesse ambiente, se ocuparam do espaço de modo a utilizar-se dos seus boxes para vendas até que, posteriormente, seu ambiente se transformasse em um depósito.

Um levantamento realizado em 2009 já demonstra as mudanças realizadas no Mercado. Em suas laterais, percebem-se aberturas com portões que em seu projeto original não existiam, mas que foram inseridas pela empresa do supermercado antes existente para que, segundo esta, fosse facilitado o acesso dos clientes, o que culminou em sua primeira descaracterização.

Figura 114: Laterais da edificação antes e depois da intervenção de inserção de aberturas.

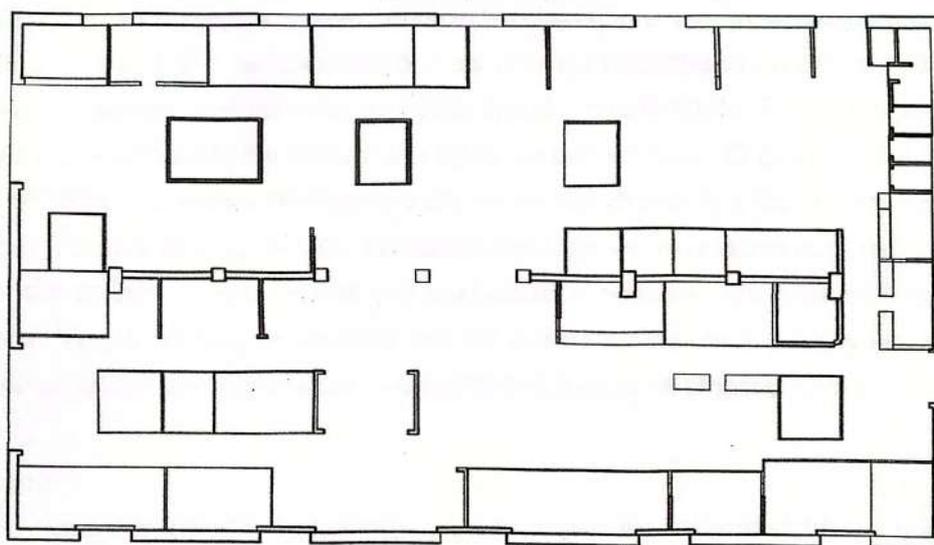


Fonte: Juliana Dutra, 2009.

Observa-se, também, a inserção de divisórias, criando novos espaços e salas que, por sua localidade, obstruem as portas em arcos existentes no seu sentido longitudinal, impedindo que o acesso à edificação seja feito por elas. Somado a isso, nota-se que os acessos da sua fachada sudeste foram vedados com alvenaria em elemento vazado. O acesso principal, então, se dá pelas aberturas laterais, o que não foi previamente definido, mas que se convencionou ao longo do tempo.

A sua configuração espacial é feita de forma desordenada, sem que haja um ritmo e um planejamento. Boxes foram retirados, inseridos e remodelados, de acordo com o que os feirantes acreditavam ser conveniente diante da sua

Figura 115: Planta baixa da edificação em 2009. | **Fonte:** Juliana Dutra.



necessidade. Por essa razão, compartimentos construídos em momento posterior dentro da edificação são dispostos de forma livre, gerando um layout que não possui métrica, mas que demonstra que o uso da edificação, nesse período, se mostrava como ponto mais importante que uma organização formal do espaço.

Nesse momento, a estrutura física da edificação já apresentava diversas patologias. A estrutura da sua cobertura se encontrava fragilizada, assim como suas venezianas e telhas foram depredadas. Boxes vazios, construção inacabada de um banheiro, desagregação do reboco em vários pontos e áreas de depósito caracterizavam a imagem da edificação, que, ao longo do tempo, foi se depredando.

Figuras 116 a 121: Imagens realizadas no levantamento feito em 2009, demonstrando suas características e fragilidades.



Fonte: Juliana Dutra, 2009.

Posterior a isso, de forma não documentada mas relatada por feirantes e transeuntes de maneira informal, o Mercado ainda passou por novos processos de modificação, sendo retirados mais boxes de modo a ampliar o espaço, servindo de alojamento para os materiais das feiras móveis, além de se tornar um ambiente de suporte para os feirantes.

As atitudes realizadas por eles, nesses momentos, manifestam o desejo de estender o espaço público ao seu interior, contando, mas de uma forma diferente, com o objetivo original do Mercado de abrigar o comércio em sua estrutura. A força dessas intervenções se dá, sobretudo, na liberdade com que

se é editado o que se encontra. Sem que se atenha especificamente a uma fidelidade à forma primitiva ou à exigência de conservação de sua passagem, o edifício é reinventado para que sua transformação se adeque às novas necessidades. É uma intervenção que permite uma leitura discursiva, realizada através de uma sequência de eventos desprogramados, como um percurso narrativo que se instala de forma livre.

Pode-se constatar também que, além de mudanças internas, o exterior do Mercado de Cereais não só passou, como ainda passa por constantes transformações dia após dia. A sua expressão arquitetônica e histórica, apesar de rica, se perde em meio a uma situação de consolidação do comércio informal, que revela uma situação urbanística de avançada apropriação do espaço urbano.

A situação atual da edificação, dentro desse cenário, revela um processo de desativação e negligência que foi se estabelecendo ao longo do tempo. Ainda que sua estrutura tenha sido utilizada por vários anos, abrigando usos estabelecidos pelos feirantes da redondeza, a falta de olhar para a sua composição física resultou em um processo de degradação que culminou no seu abandono, estando, nos dias atuais, fechado devido ao desabamento da sua cobertura.

O prédio, então, afirma a sua própria identidade na paisagem como um elemento histórico. É perceptível a discrepância entre o antigo e o atual,

que se instala em seus arredores de forma invasiva, fazendo restar e aparecer a sua silhueta superior como fragmento de um passado que ali existiu. A edificação, nesse prisma, se apresenta, além de um espaço físico, como um símbolo de resistência, persistindo diante de um ambiente que, por agora, o ignora. Afinal, como afirma De Certeau quando fala sobre memória, um espaço não vivido é um espaço não lembrado.

Figuras 122 a 124: Comércio informal coexistindo com o Mercado, que quase não se vê nesse cenário.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

É uma arquitetura que, durante sua vida, se transformou, ao mesmo tempo que se preservou, até entrar em obsolescência.

A sua espacialidade foi constantemente reinventada e ressignificada, configurando uma arquitetura que trabalhava dentro das premissas de seu tempo presente, sem ignorar a potencialidade do que lá já existia. A realidade, nesse caso, se tornou meio de reinvenção da edificação.

Assim, entende-se que a atenção à paisagem humana e ao modo de viver interferem nos traçados internos que se estabeleceram, sendo a necessidade o maior norte de intervenção. Isso se dá a partir de uma prática de quem se permitiu conviver com o que estava lá mais do que apenas “visitar tecnicamente” o local. E, o estar lá, com liberdade e domínio, permitiu com que os processos de intervenção fossem realizados a partir do real. Pois, de acordo com De Certeau, o lugar guarda também na sua materialidade as lembranças e práticas de quem o vive.

Em contrapartida, a falta de atenção e de programas de revitalização física para a edificação culminaram em sua degradação, mostrando que o impalpável (sua antiga utilização diária) precisa do palpável (reforma do ambiente) para funcionar em equilíbrio. Com isso, mais do que analisar os processos de mudança ocorridos na edificação, ressalta-se a importância de voltar o olhar para esse bem de tanta relevância para a história da cidade. É uma edificação centenária que conta a vida do comércio vitoriense, sendo o ponto chave de início do desenvolvimento do município.

Diante da situação atual, destaca-se a

relevância de não apenas se observar o passado enquanto símbolo, mas principalmente criar uma expectativa de futuro, refletindo sobre os significados, memórias, lembranças e representações que ali perduram. Nesse caso, resta o questionamento sobre como um projeto de restauro, assim como foi feito na Estação Ferroviária, poderia trazer à tona novamente o seu significado enquanto elemento pertencente à rotina das pessoas, enquanto um objeto que pode ser vivido e inserido na dinâmica dos seus arredores.

Figuras 125 e 126: Fachada frontal da edificação, voltada para o “pátio da feira”.



Fonte: Anna Flavia, 2023.

Em relação ao que afirma De Gracia, à nível das intervenções realizadas na própria edificação, é possível perceber a modificação circunscrita enquanto uma atitude em sua remodelação interna.

Durante sua história, houveram modificações, expansões, restrições e substituições operacionais que, apesar de não diretamente alterarem seu entorno, acabaram sofrendo influência direta dele, promovendo diferentes dinâmicas de convívio.

O conjunto como um todo, entendendo o Mercado de Cereais e o pátio da feira (em toda a sua composição de barracas e instalações) como uma “unidade”, traz consigo a modificação de um locus que, ao longo dos anos, foi tendo um significado diferente, se escalando a ponto de trazer mudanças não só na sua área de entorno, mas no bairro de forma geral, tendo influências até no modo de organização da cidade. Por ser um local dominante, foco de movimentação e comércio, a “feira da Vitória” remodela uma dinâmica diária que se consolida a anos, de modo a proporcionar novas percepções do espaço urbano.

Considerações Finais

capítulo

07

A cidade, em sua composição, entrelaça os seus aspectos físicos à suas formas de representação, associando evidências materiais e os significados a elas atribuídos, revelando que a cidade não se apresenta apenas como um artefato socialmente produzido, mas também como representação e imagem, à medida em que as formas são impregnadas de sentido.

Nesse cenário, a articulação entre práticas e representações possui grande relevância, com base na compreensão de que o patrimônio material possui também uma dimensão imaterial, de significado e valor. A partir disso, exercitar uma forma de aprendizado nos moldes de uma apropriação estética e cognitiva do espaço urbano se faz necessário, suscitando uma conexão com o imaginário cotidiano.

A relação antigo-novo em intervenções contemporâneas deve ser vista, antes de tudo, como a produção de lugar, intrinsecamente relacionado com a valoração do patrimônio em um sentido de interpretação que envolve tanto aspectos históricos quanto artísticos. Há, então, uma reinterpretação do lugar, que implica uma vontade da memória, a partir do desejo de afirmar o valor do patrimônio; e uma vontade de mudança, baseado na atribuição de novos significados no presente.

Vê-se, desse modo, que a discussão que se ativa é a de como transformar velhas arquiteturas por meio de novos projetos que sejam harmônicos com o passado e úteis para o cotidiano atual. Mais do que se basear em regras, a vocação do

edifício deve ser reconhecida em sua época, local e contexto, para que o antigo seja incrementado através do novo. A conservação da sua história se alinha à construção da sua memória, o que gera sustentabilidade e inclusão na cidade.

Tomando como base as ideias de Michel de Certeau, os projetos realizados na contemporaneidade podem ser fortalecidos a partir da proposição de espaços de habitabilidade, animados pela criação de novas narrativas e relatos que empilham tempos e histórias, conectando passado e presente a partir de novas legendas e vivências.

Francisco de Gracia, por sua vez, traz sua contribuição quando, além de estabelecer uma crítica à lacuna teórica que embasa esse tipo de intervenção arquitetônica (o restauro), auxilia na definição e catalogação desses exemplares. Entender, então, atitudes a partir de uma metodologia de análise permite conduzir o processo evolutivo da forma urbana de uma maneira mais efetiva e embasada.

Intervir em um espaço pré-existente é modificar o seu locus e sua relação com o contexto. A partir do reconhecimento do valor do antigo edifício e da necessidade de renovação para o novo espaço, é possível propor ações projetuais de reintegração. Para isso, lida-se com uma difícil invenção: o reconhecimento de que a memória pressupõe não só a ordenação dos vestígios, mas também uma releitura deles.

Com atenção à especificidade de cada um, os processos de intervenção analisados na Estação Ferroviária e no Mercado de Cereais, situados em Vitória de Santo Antão - PE, trazem em si não só particularidades materiais, mas também importantes significações históricas, permitindo sua aproximação pela sua competência e relevância para a cidade. As intervenções trabalham a partir de uma memória dos fatos históricos e não apenas da materialidade da arquitetura. Os edifícios são reconhecidos em sua força enquanto lugares significativos na história da cidade, mas percebe-se que tal imagem não tem sido amplamente validada e convertida em ações de reparo e reuso, uma vez que as duas apresentam falhas nos seus níveis de apropriação pelos habitantes.

Há divergências nas maneiras de se modificar os espaços. Enquanto a Estação Ferroviária contou com um projeto de restauro, o Mercado de Cereais passou por um processo informal de intervenção, feito pelas próprias pessoas que lidaram com este espaço ao longo dos anos. É possível perceber, neste caso, a expressão plena da arquitetura em seu caráter de adaptação. O ato projetual, então, se torna fruto da apropriação humana, que ressignifica, reorganiza e “toma para si” um espaço que vai além do funcional, mas que se torna parte da história, memória e vivência cotidiana dos usuários.

As escolhas entre inserir, remover, demolir ou acrescentar significam, nesses casos, revelar a lógica de

preservação escolhida para cada edificação. A importância da transparência em decisões tomadas configuram um tecido mais amplo e coletivo, quer a propósito do esquecimento, quer a propósito da recordação. Nessa perspectiva, preservar pressupõe decidir o que manter como lembrança e também o que esquecer.

Através da historiografia dessas duas edificações históricas, promoveu-se um debate, cada um a seu modo e a partir de cada realidade, sobre como se pode transformar uma materialidade para abrigar novos usos e acompanhar, conseqüentemente, a evolução de uma sociedade. Utilizar edifícios históricos como base de abrigo de transformações pode, nesse sentido, ser uma estratégia eficiente na construção da memória, que não é intacta, mas que se modifica por diferentes gerações.

É possível perceber, então, que recuperar fragmentos contidos no tecido da cidade possibilita estabelecer uma conexão entre passado e presente, destacando a importância da memória no processo de produção da arquitetura como uma maneira de construir a sua forma ao longo do tempo. As relações antigo-novo são revistas ao ponto que as tensões entre permanência e transformação se expressam, sendo papel do profissional enxergar, com leveza e cuidado, as modificações que cada situação solicita. As escolhas intervencionistas podem, então, ser responsáveis pela preservação da memória de uma edificação.

Além disso, evidencia-se que um projeto não consegue cumprir a sua função e ser bem sucedido sem que haja a sua concretização e ativação. Estabelecer um uso e promover meios para a sua resistência diante do contexto é fundamental para que um patrimônio consiga se reinserir às funções cidadinas de forma efetiva, sendo um importante fator de preservação, além do que se refere ao físico.

Assim, revela-se a necessidade de seguir adiante, sobrevivendo à história e à cultura. Em sua materialidade poética, a arquitetura precisa ser valorizada de modo a não apagar rastros, mas construí-los dia após dia, reconciliando-os com a espessura do tempo de onde se pode vislumbrar o traço coletivo da cultura. Se atentar ao presente, no que ele configura e que por algum tempo perdurará permite que a coexistência com o passado aconteça sem que isso seja feito de forma mítica, resultando em uma construção híbrida, que provém da aproximação de tempos variados.

Preservar não significa parar no tempo, mas transformar com controle e responsabilidade, para que não sejam cancelados os vestígios culturalmente significativos advindos do passado. A memória, nesse contexto, pode ser compreendida como uma ferramenta de resistência ao fugaz, demarcando identidades, recriando e reordenando a existência de um espaço antigo.

As formas do passado, dentro desse cenário, não devem se repetir de forma automatizada, mas precisam ser escutadas e tomadas como modelo do

que se pretende reviver. Observar as operações realizadas na Estação Ferroviária e no Mercado de Cereais, diante das suas diferenças no modo de intervenção, permite reconhecer na experiência do presente um passado pulsante, que constrói um novo presente (cada um a seu modo), mas que principalmente vislumbra um outro futuro.

Referências Bibliográficas

capítulo

08

ALMEIDA, Eneida de; BOGÉA, Marta. **Esquecer para preservar**. Vitruvius, 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/181>. Acesso em: 05 ago 2023.

ALMEIDA, Eneida de. **Do monumento ao fragmento urbano: um enredo entre memória e criação**. Revista Restauro, v. 3, n. 5, 2019. Disponível em: revistarestauro.com.br/do-monumento-ao-fragmento-urbano-um-enredo-entre-memoria-e-criacao/. Acesso em: 05 ago 2023.

ANDRADE, L. P. A. **Mercados públicos e o seu lugar no mundo moderno: A situação na cidade de Vitória de Santo Antão - PE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife - PE. 2020.

ARAGÃO, José. **História da Vitória de Santo Antão: da cidade do Braga à cidade da Vitória (1626-1843)**. Vol. I, Recife, ed. Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 1977.

ARAGÃO, JOSÉ. **História da Vitória de Santo Antão: da cidade da Vitória à da Vitória de Santo Antão. (1843-1982)** – Vol. II, Recife, FIAM/ Centro de Estudos História Municipal, 1983.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas políticoeconômicas (1880-1925)**. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

BAETA, R. E.; NERY, J. C. **Entre o restauro e a recriação: reflexões sobre intervenções em preexistências arquitetônicas e urbanas**. Universidade Federal da Bahia. Salvador - BA. 2022.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 219-231.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONDUKI, N. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

BROTO, Carlos. **Rehabilitated Buildings Architectural Design**. Barcelona: Links, 2000. 239 p. il. CARSALADE. Flávio de Lemos. Patrimônio histórico. Sustentabilidade e sustentação. São Paulo: Vitruvius, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp080.asp>>. Acesso em: 10 ago 2023.

CARBONARA, G. **Architettura d'oggi e restauro – um confronto antico-nuovo**. Torino: UTET Scienze e Tecniche, 2011.

CASTAGNA, Ana Cristina. **Construir no construído: Três níveis de intervenção no Campus Lo Contador**. PROPAR | Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Artes de fazer, 3ª ed., 1998, p.189.

DE GRACIA, F. **Construir en lo construido**. Encuentro Internacional de Arquitectura Contemporánea en Ciudades Históricas. Disponível em: <http://unesco.urbanismos-evilla.org/unesco/sites/default/files/02.FranciscoDeGraciaponencia.pdf>. Acesso em: 29 jul 2023.

DIAS, Rodrigo Pinto. **Do abandono a uma nova arquitetura: Edificações abandonadas no bairro central (Macapá - AP) e proposta de uma escola de artes digitais**. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Amapá. Macapá - AP. 2018.

GIESBRECHT, R. M. **Vitória de Santo Antão (antiga Victoria)**. Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br/efcp_pe/vitoria.htm. Acesso em: 23 jul 2023.

GHIRARDO, D. Y. **Arquitetura Contemporânea: Uma História Concisa**. 2ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

GHISLENI, Camilla. **A potência do abandono: Políticas e contradições nas intervenções artísticas em espaços abandonados**. Projeto de final de Mestrado para obtenção de Grau de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

GHISLENI, Camilla. **Fascínio e repulsa pela estética do abandono**. 03 Jun 2022. ArchDaily Brasil. Acessado 03 Feb 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/981798/fascinio-e-repulsa-pela-estetica-do-abandono>> ISSN 0719-8906.

GIEDION, S. **Espaço, Tempo e Arquitetura: O Desenvolvimento de uma Nova Tradição**. 1ª. ed. São Paulo-SP: Martins Fontes, 2004.

JACOBS, J. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. 2ª edição. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2005.

KOOLHAAS, R.; MAU, **B. S, M, L, XL**. New York: Monacelli Press, 1995.

LYNCH, Kevin. **Echar a Perder**: Un Analisis del Deterioro. Barcelona, Gustavo Gili, 2005.

MACEDO, Wesley. **Lugares abandonados**. Revista Ara nº 7. FAU-USP. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

MAIA, Marta Lagoutina. **Lugares de abandono: Da obsolescência arquitetônica ao turismo identitário**. Projeto de final de Mestrado para obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura - Faculdade de Arquitetura | Universidade de Lisboa. Lisboa. 2019.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINKJAN, Mark. Maybe modern ruins are just the kind of failure we need. 18/02/2019. **Failed Architecture**. Site. Disponível em: [https:// failedarchitecture.com/maybe-modern-ruins-are-just-the-kind-offailure-we-need/](https://failedarchitecture.com/maybe-modern-ruins-are-just-the-kind-offailure-we-need/). Acesso em: 14 maio 2023.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PILAKO, Cristiano. **Estação Ferroviária - 136 anos**. Blog do Pilako. Disponível em: www.blogdopilako.com.br/wp/2022/01/10/corrida-com-historia-estacao-ferroviaria-136-anos/. Acesso em: 23 jul 2023.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. **As “artes da memória” em Michel de Certeau**. História da Historiografia. Ouro Preto, v. 15, n. 38. Universidade Estadual de Goiás. Goiânia, GO, Brasil.

ROCHA, Eduardo. **Os lugares do abandono**. Vitruvius, 2008. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/readarquitectos/09.097/137#:~:text=As%20arquiteturas%20do%20abandono%20são,ilusão%20radical%20que%20nos%20cerca>. Acesso em: 27 maio 2023.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF**. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG). Mariana - MG. 2012.

RODRIGUES, S. L. **Desdobramento, síntese e reinterpretção: A pré-existência no contexto da reabilitação**. A Obra Nasce - Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fernando Pessoa. nº 10.

SAMPAIO, Camila Barbosa Lima. **Para além da ruína: Anteprojeto de requalificação do Edifício Siqueira Campos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife - PE. 2022.

SANTOS, J. P. D. **Mercado de Farinha: uma proposta de revitalização em Vitória de Santo Antão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife - PE. 2009.

SCHULZ, Norberg. **Genius Loci-Paesaggio**. Ambiente, Arquitectura. Milão, Electa

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. **Diferencias - Topografías de la Arquitectura Contemporánea**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. **Terrain Vague**. Anyplace , Nova Iorque / Cambridge, p. 119-132, 24 fev. 1995. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-35561/terrain-vague-ignasi-de-sola-morales>. Acesso em: 08 nov 2022.

SOUZA, Rafael Ferreira de. **Arte-arquitetura no abandono**. Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio – Rio de Janeiro Brasil Ano 4 – Nº 7 - ISSN 2446-7340. 2019.

SOUZA, Rafael Ferreira de. **Impressões subjetivas na arquitetura abandonada**. Geograficidade, v.11, n. Especial, Outono 2021. PROARQ/FAU-UFRJ. Petrópolis, Rio de Janeiro. 2021.

SOUZA, Rafael Ferreira de. **Lugares abandonados: Decadência urbana e desolação na cidade**. TRIADES, Revista (online). III Encontro de Semiótica a do Projeto, Juiz de Fora/MG. 2019.

TRIGOSO, Ana Filipa Almeida. **Arquitetura: a arte de [não] saber cair**. 2013. 173 f. Dissertação (mestrado em arquitetura) - Departamento de arquitetura, Universidade de Coimbra, 2013.

VIRÍLIO, Paul. **O espaço crítico**. São Paulo: Ed. 34, 1993.

ZONNO, Fabiola do Valle. **Artístico e contextual, o lugar reinventado - reflexões sobre a relação antigo-novo a partir de Francisco De Gracia e Giovanni Carbonara**. Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio - Rio de Janeiro Brasil Ano I - ISSN 2446-7340.